



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017-CPL/ALEMA
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4742/2015-ALEMA**

EDITAL

**EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS – ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP E
MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS – MEI - arts. 7º, §2º e art. 13 da Lei Estadual nº
10.403/2015.**

OBJETO: Registro de Preços de “**material e equipamentos para o sistema de combate a incêndio**”, visando futuras e eventuais aquisições pela Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão – ALEMA.

DATA DA REALIZAÇÃO: 02/02/2017 ÀS 09H:30MIN.

LOCAL: Auditório da Comissão Permanente de Licitação – CPL, no prédio sede da ALEMA Palácio Manoel Beckman, localizado à Avenida Jerônimo de Albuquerque, s/nº, sala 115, Sítio Rangedor, Calhau, São Luís/MA.

PREGOEIRAS: Catarina Delmira Boucinhas Leal e Sheila Maria Tenório de Britto.

EQUIPE DE APOIO: Arnaldo Soares Serra, Camila Correia Lima de Mesquita, Deusimar de Jesus Carneiro Lima, Juliene Lima da Paz, Rhayra Melo Ribeiro de Carvalho, Fernando Fillipe Santos Marques, Gabriel Dias Marques e Thalyta Regina Cruz Costa.

REDATOR: Gabriel Dias Marques



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017-CPL/ALEMA
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4742/2015-ALEMA**

SUMÁRIO

1.	DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS
2.	DO OBJETO
3.	DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
4.	DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
5.	DO CREDENCIAMENTO DAS LICITANTES
6.	DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES
7.	DA PROPOSTA DE PREÇOS
8.	DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
9.	DO PROCEDIMENTO DO PREGÃO
10.	DO RECURSO ADMINISTRATIVO
11.	DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO
12.	DA REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DA LICITAÇÃO
13.	DA ATA DE REGISTROS DE PREÇOS
14.	DAS CONTRATAÇÕES
15.	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
16.	DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
17.	DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
ANEXO I	TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO II	MODELO DE CARTA CREDENCIAL
ANEXO III	DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
ANEXO IV	MODELO DE CARTA PROPOSTA
ANEXO V	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
ANEXO VI	MODELO DE DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR
ANEXO VII	MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ANEXO VIII	MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017-CPL/ALEMA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4742/2015-ALEMA

EDITAL

PREÂMBULO

A **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO – ALEMA**, através da Pregoeira que este subscreve, designada pela Resolução Administrativa nº 301, de 02 de maio de 2016 da Mesa Diretora, publicada no Diário Oficial da Assembleia, edição do dia 04 de maio de 2016, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL nº 002/2017-CPL/ALEMA**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, objetivando **Registro de Preços**, mediante as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

A licitação será regida pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, com o tratamento diferenciado previsto na Lei Estadual nº 9.529, de 23 de dezembro de 2011, e regulamentado pela Lei Estadual nº 10.403, de 29 de dezembro de 2015; Decreto Federal nº 3.555, de 08 de agosto de 2000; Decreto Estadual nº 31.553, de 16 de março de 2016; Resolução Administrativa nº 481, de 09 de maio de 2006; Resolução Administrativa nº 1.271, de 30 de novembro de 2007, e alterações, Resolução Administrativa nº 788, de 16 de agosto de 2011. Deverão também ser aplicadas subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal nº 8.666/1993 e demais normas pertinentes à espécie.

A sessão pública de realização do Pregão será realizada no **dia 02 de janeiro de 2017, 09h30min**, no Auditório da sala de Comissão Permanente de Licitação – CPL, no prédio sede da ALEMA Palácio Manoel Beckman, localizado à Avenida Jerônimo de Albuquerque, s/nº, sala 115, Sítio Rangedor, Calhau, São Luís/MA.

1. DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1.1. As licitantes devem ater-se à fiel observância dos procedimentos estabelecidos neste Edital e seus anexos, podendo qualquer interessado assistir a sessão, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

1.2. Este Edital poderá ser obtido na Comissão Permanente de Licitação – CPL da ALEMA, no endereço indicado no preâmbulo, no horário das 8h às 12h e das 14h às 18h, de segunda a quinta-feira e na sexta-feira das 8h às 14h.

1.3. O Edital encontra-se também disponível no site da **ALEMA** www.al.ma.leg.br, na opção “Licitações”, somente para consulta dos interessados.

1.4. Ao adquirir cópia do Edital pelo site, o interessado deverá cadastrar o nome da empresa, CNPJ, endereço em que receberá notificação, fone, fax, e-mail e celular, se houver, nome do responsável da empresa, e ainda comunicar qualquer mudança posterior, sob pena de reputar-se válida a notificação encaminhada ao endereço fornecido.

1.5. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, salvo comunicação em contrário.

1.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

1.7. A Pregoeira poderá restringir o acesso ao recinto onde se desenvolve a sessão desta licitação a pessoal previamente identificado.

1.8. É proibido, expressamente, às licitantes ou interessados presentes à sessão deste Pregão, sob pena de apreensão do aparelho utilizado e adoção das devidas providências legais:

- a) fotografar, gravar ou filmar qualquer pessoa presente no recinto, em respeito aos direitos decorrente da imagem, sem a prévia e expressa autorização da Diretoria de Comunicação Social da ALEMA;
- b) fotografar qualquer documento, considerando a possibilidade de posterior concessão de cópias mediante solicitação, devidamente justificada.

1.9. É facultado à Pregoeira:

- a) promover, em qualquer fase da licitação, diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo;
- b) solicitar aos setores competentes da ALEMA a elaboração de Pareceres Técnicos ou Jurídicos para fundamentação de suas decisões;
- c) no julgamento da Proposta e da Documentação de Habilitação sanar erros ou falhas que não alterem a substância da Proposta, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, acessível a todos os interessados;
- d) releva omissões puramente formais observadas na Proposta e na Documentação, desde que não contrariem a legislação e não comprometam a lisura da licitação;
- e) restringir o uso de celulares e outros meios de comunicação durante a sessão para evitar tumulto na realização dos trabalhos;
- f) negociar em qualquer momento da licitação os preços e condições da Proposta, visando aumentar as vantagens em favor da ALEMA, não podendo, porém, alterar o objeto ou condições de classificação e habilitação;
- g) se julgar conveniente, reabrir a fase de lances com os proponentes colocados em 2º e 3º lugares, caso não seja vencedor o proponente de menor preço;
- h) suspender os trabalhos das sessões públicas para análise de documentos, diligências, parecer técnico, quando do julgamento das Propostas.

1.10. Qualquer divergência entre o Termo de Referência (ANEXO I) e o Edital, prevalecerá o Edital.

1.11. Os casos omissos serão resolvidos pela ALEMA, com base na Lei Federal nº 10.520/2002, aplicando-se subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/1993 e demais normas pertinentes à espécie.

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem como objeto o Registro de Preços de “**material e equipamentos para o sistema de combate a incêndio**”, visando futuras e eventuais aquisições pela Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão – ALEMA, de acordo com as condições e especificações constantes do Termo de Referência, ANEXO I deste Edital.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

2.2. A quantidade dos materiais indicada no Termo de Referência (ANEXO I) é apenas estimativa de consumo e será solicitada de acordo com as necessidades da ALEMA, enquanto Órgão Participante, podendo ser utilizada no todo ou em parte.

2.3. O valor máximo total para esta licitação é de **R\$ 778.999,80 (setecentos e setenta oito mil, novecentos e noventa e nove reais e oitenta centavos)**, conforme Planilha Orçamentária, ANEXO V deste Edital.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação as pessoas jurídicas, que tenham ramo de atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão, expresso no estatuto ou contrato social, e que atendam a todas as exigências quanto aos requisitos de classificação das Propostas de Preços e à documentação de habilitação.

3.2. O PRESENTE PREGÃO SERÁ DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS – ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS – MEI, conforme Planilha Orçamentária (ANEXO V), desde que comprovem esta condição nos termos deste Edital, em cumprimento ao disposto no art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014, **observado o disposto nos arts. 7º, §2º e art. 13 da Lei Estadual nº 10.403/2015.**

3.2.1 O critério de julgamento dessa licitação é MENOR PREÇO POR LOTE, em cumprimento ao art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014; art. 15, inciso I, da Lei Estadual nº 9.529, de 23 de dezembro de 2001, regulamentada pelo art. 7º da Lei Estadual 10.403, de 29 de dezembro de 2015.

3.2.2 Caso o presente Pregão Presencial seja declarado **deserto ou fracassado**, o processo poderá ser repetido, não havendo obrigatoriedade da participação exclusiva, conforme determina o art. 7º da Lei Estadual 10.403/2015

3.2. Não poderá participar desta licitação, diretamente ou indiretamente, pessoas jurídicas:

- a) cujo objeto social não seja pertinente nem compatível com o objeto deste Pregão;
- b) que se encontrem em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação;
- c) que se apresentem na qualidade de subcontratadas;
- d) suspensas de participar de licitação e impedidas de contratar com a Administração (ALEMA), conforme art. 87, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993, durante o prazo da sanção aplicada;
- e) declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, conforme art. 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993;
- f) impedidas de licitar e contratar com o Estado do Maranhão, conforme art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, durante o prazo da sanção aplicada;
- g) impedidas de licitar e contratar com o Estado do Maranhão, conforme art. 47 da Lei Federal nº 12.462/2011 (RDC), durante o prazo da sanção aplicada;
- h) proibida de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção derivada de condutas e



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

atividades lesivas ao meio ambiente, de acordo com o art. 72, § 8º, V, da Lei Federal nº 9.605/98;

- i) proibida de participar de licitação, em razão de pena por prática de infração da ordem econômica, de acordo com o art. 38, inciso II, da Lei Federal nº 12.529/2011 (Lei Antitruste);
- j) proibida de contratar com o Poder Público por ato de improbidade, com decorrente inclusão no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIAI, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/92;
- k) sociedades empresariais estrangeiras não autorizadas a funcionar no País;
- l) enquadradas nas demais vedações estabelecidas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/1993.
- m) que mantem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou familiar com servidores da Comissão Permanente de Licitação da ALEMA;
- n) enquadradas nas demais vedações estabelecidas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/1993.

3.4. A simples apresentação da Proposta de Preços implicará, por parte da licitante, de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação, eximindo assim a Pregoeira do disposto no art. 97 da Lei Federal nº 8.666/1993.

4. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

4.1. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório deste Pregão, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das Propostas, nos termos do art. 12 do Decreto Federal nº 3.555/2000.

4.2. Os pedidos de esclarecimentos e impugnações deverão ser encaminhados a Pregoeira, sob pena de não conhecimento, por meio eletrônico, através do e-mail cpl@al.ma.leg.br, ou protocolados oficialmente de segunda a sexta-feira, na sala da Comissão Permanente de Licitação – CPL, no Palácio Manoel Beckman, Avenida Jerônimo de Albuquerque, s/nº, sala 115, Sítio Rangedor, Calhau, São Luís/MA, no horário das 8h às 12h e das 14h às 18h, de segunda a quinta-feira e na sexta-feira das 8h às 14h.

4.3. Caberá a Pregoeira decidir sobre a impugnação no prazo de 02 (dois) dias úteis.

4.4. A Pregoeira para responder às impugnações poderá auxiliar-se do apoio dos setores da **ALEMA** que entender necessários.

4.5. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida nova data para a realização do certame.

4.5.1. Se a resposta à impugnação não ocorrer no prazo estabelecido à ALEMA poderá na sessão já designada para abertura do certame declarar seu adiamento até ulterior deliberação cuja nova data para a realização do certame, será divulgada pelo mesmo instrumento em que se deu aquela do texto original.

4.6. As eventuais alterações aos termos do Edital serão disponibilizadas na página www.al.ma.gov.br e na sede da ALEMA.

4.7. A ALEMA notificará somente os interessados que se cadastrarem no SITE ou receberem o Edital na sede da ALEMA.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

4.7.1. Ao receber o Edital na sede da ALEMA ou ao acessar o Edital no site da ALEMA, o interessado estará ciente da necessidade de acompanhamento de eventuais alterações, notificações e comunicações, na página www.al.ma.gov.br e no Diário Oficial da ALEMA.

4.8. Em hipótese alguma serão aceitos entendimentos verbais entre interessados e a Pregoeira, sua Equipe de Apoio e demais servidores da Comissão Permanente de Licitação.

5. DO CREDENCIAMENTO DAS LICITANTES

5.1. Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos, **em separado dos Envelopes nº 01 e 02:**

a) **tratando-se de representante legal:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com todas as suas eventuais alterações, ou ato constitutivo consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

b) **tratando-se de procurador:** instrumento de procuração, público ou particular, ou Carta Credencial (ANEXO II), no qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes a este Pregão. O documento em questão deverá estar acompanhado de ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com todas as suas eventuais alterações, ou ato constitutivo consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

b.1) instrumento de procuração público ou particular, ou Carta Credencial (ANEXO II) deverão obrigatoriamente sob pena de não ser aceito o Credenciamento serem firmados por tantos responsáveis pela empresa quanto estabeleça o Contrato Social ou Contrato ou estatuto de constituição, com permissão para outorgar poderes no que tange sua representatividade;

c) Cópia da Cédula de Identidade ou outro documento oficial que contenha foto do representante (legal ou procurador) da empresa interessada.

5.2. Os documentos necessários ao credenciamento poderão ser apresentados em original ou cópia previamente autenticada por cartório competente ou por servidor da Comissão Permanente de Licitação, ou por publicação em órgão da Imprensa Oficial.

5.2.1. A autenticação por servidor da Comissão Permanente de Licitação da ALEMA poderá ser realizada até o dia útil anterior à data marcada para a sessão de abertura deste Pregão, na Avenida Jerônimo de Albuquerque, s/nº, sala 115, Sítio Rangedor, Calhau, São Luís/MA, no horário das 8h às 12h e das 14h às 18h, de segunda a quinta-feira e na sexta-feira das 8h às 14h.

5.2.2. Somente serão aceitas cópias legíveis e não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas.

5.3 A não apresentação ou a incorreção insanável de quaisquer dos documentos de credenciamento impedirá o representante legal ou procurador de participar da fase de lances, de negociar preços, de manifestar a intenção de interpor recurso, enfim, de representar a licitante durante a sessão pública deste Pregão.

5.4. Na ausência do credenciamento, serão mantidos os valores apresentados na proposta escrita, para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

5.5. Não será admitida a participação de dois representantes para a mesma empresa, bem como de um mesmo representante para mais de uma empresa.

5.6. Os documentos de credenciamento serão conferidos pela Pregoeira a cada sessão pública realizada. Na hipótese de substituição da pessoa inicialmente credenciada, novo credenciamento deverá obedecer a regras do **item 5.1** deste Edital.

5.7. No ato da entrega dos documentos de credenciamento, as licitantes deverão apresentar, **separados dos Envelopes** contendo a Proposta de Preços e a documentação de habilitação, os seguintes documentos:

a) **Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação**, podendo ser utilizado o modelo constante do ANEXO III, ou modelo próprio da licitante, desde que contenha a informação de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, na forma do art. 4º, inciso VII, da Lei Federal nº 10.520/2002;

a.1) A licitante que não apresentar a respectiva Declaração poderá firmá-la por escrito no ato do credenciamento.

b) **Declaração de Enquadramento e/ou Reenquadramento, Certidão Simplificada ou Certidão Específica emitida pela Junta Comercial** da sede da licitante para fins de comprovação de que é Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual – MEI, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, emitida após 1º de maio do ano de 2016, ocasião em que o Balanço Patrimonial torna-se exigível, com o respectivo registro e aferição contábil da Receita Bruta Anual.

5.8. Antes de concluir o credenciamento, a Pregoeira deverá consultar os seguintes cadastros, com o intuito de verificar o eventual descumprimento de condições de participação:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, atualmente mantido pelo **Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle** (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIAI, mantido pelo **Conselho Nacional de Justiça – CNJ** (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

5.8.1. A consulta ao CNIAI será realizada em nome das pessoas jurídicas licitantes e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

5.8.2. Constatada a existência de sanção, a Pregoeira excluirá sumariamente do certame a licitante, por falta de condição de participação, conforme previsto no **item 3.2** do Edital.

5.9. Após o credenciamento, será declarada a abertura da sessão e não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos Envelopes contendo a Proposta de Preços e a Documentação de Habilitação.

6. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

6.1. No dia, hora e local citados no preâmbulo deste Edital e após o credenciamento, a licitante deverá apresentar a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação, em envelopes distintos, opacos, devidamente lacrados e rubricados em seus fechos, com os seguintes dizeres em sua parte externa:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

ENVELOPE Nº 01 Proposta de Preços Pregão Presencial nº 002/2017-CPL/ALEMA Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão Data: 02/02/2017 Hora: 09h30min Razão Social da Pessoa Jurídica Licitante	ENVELOPE Nº 02 Documentação de Habilitação Pregão Presencial nº 002/2017-CPL/ALEMA Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão Data: 02/02/2017 Hora: 09h30min Razão Social da Pessoa Jurídica Licitante
---	--

6.2. Não será admitida a entrega de apenas um envelope.

6.3. Não serão consideradas Propostas de Preços e Documentação de Habilitação apresentadas por internet (e-mail), via postal ou fac-símile.

6.4. Após a entrega dos envelopes, aquele contendo a Documentação de Habilitação será rubricado pela Pregoeira, Equipe de Apoio e os representantes credenciados das licitantes.

6.5. Os documentos de habilitação exigidos deverão ser legíveis e poderão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia previamente autenticada por Cartório competente ou por servidor da Comissão Permanente de Licitação – CPL da ALEMA, mediante a apresentação do documento original, ou ainda por publicação em órgão de Imprensa Oficial.

6.5.1. A autenticação por servidor da Comissão Permanente de Licitação da ALEMA poderá ser realizada até o dia útil anterior à data marcada para a sessão de abertura deste Pregão, na Avenida Jerônimo de Albuquerque, s/nº, sala 115, Sítio Rangedor, Calhau, São Luís/MA, no horário das 8h às 12h e das 14h às 18h, de segunda a quinta-feira e na sexta-feira das 8h às 14h.

6.5.2. Somente serão aceitas cópias legíveis e não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas.

6.6. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos, apenas como forma de ilustração das propostas de preço.

6.7. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital.

6.8. Após abertura dos envelopes, a Proposta de Preços e a Documentação de Habilitação deverão ser juntados aos autos do Processo e não serão devolvidas à licitante.

7. DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada em 01 (uma) via, impressa em papel timbrado da licitante, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricadas todas as folhas pelo representante legal ou procurador da licitante proponente, com o seguinte conteúdo, de apresentação obrigatória:

- Número do Pregão, razão social do proponente, número do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato, bem como dados bancários tais como: nome e número do Banco, agência e conta corrente para fins de pagamento;
- Nome completo do responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços, números do CPF e Carteira de Identidade e cargo na empresa;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

- c) Descrição detalhada do **ITEM cotado**, de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência, ANEXO I deste Edital, com a indicação do **ITEM, unidade, quantidade e marca/fabricante do produto, quando for o caso**;
- d) Preço unitário do **ITEM** em algarismo, e o valor global da proposta, em algarismos e por extenso, em moeda corrente nacional, com no máximo duas casas decimais após a vírgula, sendo considerado fixo e irrevogável, já incluídos os lucros e todas as despesas incidentes, essenciais para a entrega dos materiais objeto deste Pregão;
 - d.1) Havendo discrepância nos preços propostos, prevalecerá o preço unitário do **ITEM** cabendo a Pregoeira a correção do valor da Proposta;
 - d.1.1) para fins do disposto na **alínea d.1** o cálculo do valor global da Proposta dar-se-á pela somatória dos preços unitários dos **ITENS** da Proposta, multiplicados por suas respectivas quantidades;
 - d.2) Os valores unitário, total e ou valor global proposto não poderão ser superiores aos valores unitários e total máximos estimados pela ALEMA, constantes da Planilha Orçamentária, ANEXO V deste Edital;
 - d.2.1) caso ocorra a situação da **alínea d.2**, a Pregoeira antes da desclassificação da proposta, permitirá a redução do preço unitário da licitante, desde que o preço unitário reduzido seja menor ou igual ao preço unitário máximo da Planilha Orçamentária da ALEMA, sendo o valor global da Proposta da licitante readequado pela Pregoeira e registrado em Ata;
- e) **Prazo de validade da Proposta:** não inferior a **90 (noventa) dias consecutivos**, a contar da data da sessão de abertura dos Envelopes;
- f) **Prazo de entrega:** até **15 (quinze) dias úteis**, a contar da data do recebimento da Ordem de Fornecimento;
- g) **Prazo de substituição dos produtos recusados:** até **10 (dez) dias úteis**, a contar da data de recebimento da Notificação;
- h) **Prazo de garantia dos produtos:** será de no mínimo 12 (doze) meses, a contar da data de fabricação e deverão ser entregues com prazo mínimo restante de 06 (seis) meses;
- i) **Catálogos e/ou amostras:** A ALEMA poderá a seu critério solicitar catálogos e/ou quaisquer outros documentos técnicos como diligência ou condição de adjudicação. Nesse caso, o(s) licitante(s) terão(ã) até 72H para entregá-lo(s) a contar da notificação. Poderá ainda a seu critério solicitar amostras, nos termos do Item 7.15 do Presente Edital.
- j) Data e assinatura do representante legal da licitante com sua qualificação e identificação do nome abaixo da assinatura.

7.2. NÃO SERÃO ACEITAS INFORMAÇÕES COM EXPRESSÃO “CONFORME O EDITAL” OU EQUIVALENTES, CONSTITUINDO SUA UTILIZAÇÃO MOTIVO PARA RECUSA DAS PROPOSTAS PELA PREGOEIRA.

7.2.1 As Propostas de Preços, em vista ao atendimento do disposto no art. 5º, § 1º da Instrução Normativa nº34, de 19 de novembro de 2014 do Tribunal de Contas do Estado – TCE deverão também ser entregues à Comissão Permanente de Licitação da ALEMA em dispositivo portátil de gravação (DVD/CD-R ou PEN-DRIVE,) para serem encaminhadas aquele Tribunal por meio eletrônico.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

7.2.2. A mídia das propostas deverá ser entregue de preferência na Sessão de Abertura deste Pregão, caso não ocorra poderão ser entregues posteriormente, no prazo máximo de 02 (dois) dias da data da sessão de abertura, na Sala da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda disponibilizadas para o e-mail da CPL cpl@al.ma.leg.br desde que digitalmente assinadas.

7.2.2.1. A mídia(s) da(s) proposta(s) adequada(s) deverá(ão) ser entregue(s) juntamente com as propostas adequadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas. A mídia da proposta adequada, quando houver, deverá ser entregue juntamente com a adequação ou para o email da CPL cpl@al.ma.leg.br.

7.3. Nos preços ofertados deverão já estar considerados e inclusos todos os custos diretos e indiretos, encargos, tributos, transporte, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Pregão.

7.3.1. A inadimplência da licitante, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, nem poderá onerar o objeto deste Pregão, razão pela qual a licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a ALEMA.

7.3.2. Quaisquer tributos, despesas e custos omitidos ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, ainda que não tenham causado a desclassificação da proposta por preço inexequível. Nestes casos, a Administração não deferirá pedidos de acréscimo, devendo a licitante vencedora fornecer os materiais sem ônus adicionais.

7.4. A apresentação da Proposta de Preços implica para a licitante a observância dos preceitos legais em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste Edital, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

7.5. A licitante que desejar reproduzir as informações constantes da Carta Proposta, ANEXO IV deste Edital, poderá assim fazer, desde que não altere e ou descaracterize a substância do modelo indicado.

7.6. Decorridos o prazo de validade da Proposta, sem convocação para a assinatura da Ata de Registro de Preços, as licitantes ficam liberadas dos compromissos assumidos, podendo a ALEMA solicitar a prorrogação do prazo de validade por mais 90 (noventa) dias consecutivos.

7.6.1. A licitante poderá recusar ou aceitar o pedido de prorrogação, entretanto, no caso de concordância, a Proposta de Preços não poderá ser modificada.

7.7. A ALEMA poderá, caso julgue necessário, solicitar maiores esclarecimentos sobre a composição dos preços propostos.

7.8. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Pregão, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

7.9. Não se admitirá Proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços praticados no mercado.

7.10. Não serão aceitos Propostas com valor global ou unitário superiores ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

7.10.1. Considerar-se-á inexequível a Proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Instalada em 16 de fevereiro de 1835
Comissão Permanente de Licitação – CPL

7.11. Não se admitirá Proposta que apresentar alternativas de preços.

7.12. O presente pregão será de participação exclusiva de microempresas – ME, empresas de pequeno porte – EPP e microempreendedores individuais – MEI, conforme Planilha Orçamentária (ANEXO V), desde que comprovem esta condição nos termos deste Edital, em cumprimento ao disposto no art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014, observado o disposto nos arts. 7º, §2º e art. 13 da Lei Estadual nº 10.403/2015.

7.13. Após a abertura da Proposta de Preços não será admitido pedido de desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente analisado e aceito pela ALEMA.

7.14. A licitante que não mantiver sua Proposta ficará sujeita às penalidades estabelecidas no **item 15.1** deste Edital.

7.15. A Assembleia Legislativa do Estado poderá a seu critério e conveniência exigir da empresa classificada provisoriamente em primeiro lugar, amostra dos produtos ofertados para verificação das especificações mínimas exigidas neste edital, atendendo a diligência ou como condição para adjudicação, que deverá ser entregue ao Núcleo de Almoxarifado, no horário de 08:00h às 18:00h, localizado no térreo do prédio sede da ALEMA na Avenida Jerônimo de Albuquerque de Albuquerque no Palácio Manoel Bequimão, Sítio do Rangedor, Bairro Calhau.

a) A amostra deverá estar devidamente identificada com o nome do licitante, conter os respectivos prospectos e manuais, se for o caso, e dispor na embalagem de informações quanto às suas características tais como data de fabricação, prazo de garantia, quantidade do produto, sua marca, número de referência, código do produto e modelo.

b) A amostra apresentada será tratada como protótipo, podendo ser manuseada, desmontada ou instalada pelo responsável

c) Será rejeitada a amostra que:

c.1) apresentar divergência para menos em relação as especificações técnicas da proposta;

c.2) apresentar indícios de remanufatura ou recondicionamento;

c.3) apresentar qualquer tipo de falha durante o teste de uso, como qualidade inferior ao da qualidade indicada;

c.4) não estiver devidamente identificada com o nome da empresa licitante e o item correspondente ao da proposta;

c.5) não estiver de acordo com as normas técnicas determinadas pelos órgão oficiais competentes ou pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT., ou por outra entidade credenciada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO.

d) O proponente que tiver amostra rejeitada ou não a entregar no prazo estabelecido terá sua proposta desclassificada. Ocasão em que será verificada a amostra do proponente provisoriamente classificado em segundo lugar e assim sucessivamente;

8. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

8.1. As licitantes deverão apresentar a Documentação de Habilitação em 01 (uma) via, no Envelope nº 02, devidamente fechado e rubricado no fecho, identificado conforme o indicado no **item 6.1**, contendo os seguintes documentos referentes a:

8.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) **Formulário de Empresário**, no caso de empresa individual;
- b) **Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor**, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) **Ato Constitutivo** devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) **Decreto de autorização**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.1.2. DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) Prova de regularidade com a **Fazenda Federal e com a Seguridade Social (INSS)**, mediante Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a qual se refira às contribuições previdenciárias e as de terceiros;
 - a.1) A prova de regularidade com a Previdência Social do **Contribuinte Individual** – será efetuada mediante a apresentação da Declaração de Regularidade de Situação do Contribuinte Individual – DRS-CI, expedida exclusivamente pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, conforme Portaria Conjunta RFB/PGNF nº 1.751/2014.
- b) Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual**, do domicílio ou sede da licitante, mediante:
 - b.1) Certidão Negativa de Débitos Fiscais;
 - b.2) Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa;
 - b.3) Quando a prova de regularidade for comprovada mediante a apresentação de uma única certidão, e nela não constar expressamente essa informação, a Pregoeira poderá diligenciar para dirimir eventuais dúvidas.
- c) Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da licitante, mediante:
 - c.1) Certidão Negativa de Débitos Fiscais (ISSQN e TLVF);
 - c.2) Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa;
 - c.3) Quando a prova de regularidade for comprovada mediante a apresentação de uma única certidão, e nela não constar expressamente essa informação, a Pregoeira poderá diligenciar para dirimir eventuais dúvidas.
- d) Prova de Regularidade com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço** mediante Certificado de Regularidade emitido pela Caixa Econômica Federal;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

- f) **Declaração de Proteção ao Trabalho do Menor**, informando que não possui, em seu quadro de pessoal, empregados com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e qualquer empregado menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988 e do art. 27, inciso V, da Lei Federal nº 8.666/1993, incluído pela Lei Federal nº 9.854/1999, podendo ser utilizado o Modelo no ANEXO VI deste Edital.

8.1.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Comprovação de aptidão técnica, através de Atestados ou Certidões emitidos por pessoa jurídica do direito público ou privado, com nome e assinatura legível do signatário, que comprove experiência no fornecimento do produto com características semelhantes ou equivalentes ao objeto licitado, podendo ser apresentado em original ou em cópia autenticada.

- a.1) O atestado deverá ser impresso em papel timbrado constando CNPJ e endereço completo, devendo ser assinada por sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função.

8.1.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a. Nos termos do art. 13 da Lei 10.403 de 29 de dezembro de 2015 **NÃO EXIGIR-SE-Á neste certame (de participação exclusiva de Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP, e Microempresas Individuais – MEI), a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social.**
- b. **Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial ou Extrajudicial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não excedente a 60 (sessenta) dias de antecedência da data de apresentação da Proposta de Preço, quando não vier expresso o prazo de validade.

8.2. É de exclusiva responsabilidade das licitantes a juntada de todos os documentos necessários à habilitação.

8.3. As declarações e outros documentos julgados necessários à habilitação, quando produzidos pela própria licitante, deverão estar emitidas em papel timbrado e conter data, identificação e assinatura do titular da empresa ou do seu representante legal.

8.4. É facultada a autenticação nas cópias das Certidões de Regularidade Fiscal apresentadas pelas licitantes cuja autenticidade possa ser verificada pela Internet, de acordo com a norma específica.

8.5. Todos os documentos de habilitação emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

8.6. O número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, indicado nos documentos da Proposta de Preço e da Habilitação deverá ser o mesmo do estabelecimento que efetivamente vai fornecer os produtos objeto da presente licitação, com exceção dos seguintes documentos:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS, que poderá ser da sede da pessoa jurídica;
- b) Certidão de Falência/concordata/recuperação judicial e da Certidão Conjunta (Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

União, expedida pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional referente à Fazenda Federal e à Seguridade Social (INSS), que deverão ser da sede da pessoa jurídica.

8.7. A Pregoeira reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

9. DO PROCEDIMENTO DO PREGÃO

9.1. Declarada a abertura da sessão pela Pregoeira, após credenciamento realizado conforme **item 5** deste Edital, não serão mais admitidos novos proponentes.

9.1.1. No ato do credenciamento, as Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI, deverão apresentar a documentação exigida no **subitem 5.8, alínea “b”**, deste Edital, enquanto condição para exercer o direito ao tratamento diferenciado e simplificado quanto ao direito de preferência e à participação no certame (licitação exclusiva para ME, EPP e MEI – arts. 7º, §2º e 13 da Lei Estadual 10.404/2015).

9.2. Após o credenciamento, a Pregoeira declarará o número de licitantes e receberá os Envelopes nº 1 e nº 2, sendo que os Envelopes contendo a Documentação de Habilitação serão rubricados pela Pregoeira, Equipe de Apoio e os representantes credenciados das licitantes.

9.3. Os preços serão lidos em voz alta e registrados em Quadro Anexo à Ata da sessão, sendo as Propostas rubricadas pela Pregoeira, pela Equipe de Apoio e pelos representantes credenciados das licitantes.

9.4. As Propostas serão ordenadas na ordem crescente de preço e verificadas sumariamente sua conformidade conforme Edital. Em seguida, serão selecionadas para a fase de lances, a proposta de menor preço e aquelas com valores superiores em até 10% (dez por cento) àquela de menor preço, para que participem da etapa competitiva, por meio de lances verbais e sucessivos.

9.5. Não havendo no mínimo 3 (três) Propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem anterior, a Pregoeira selecionará as melhores Propostas, subsequentes, até o máximo de 3 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas, observando-se como limite o valor máximo estabelecido para a licitação.

9.6. No caso de absoluta igualdade entre duas ou mais Propostas de Preços escritas e selecionadas para a fase de lances, considerando cada **ITEM** na etapa competitiva, o desempate será decidido por sorteio, para definir, entre as empresas empatadas, a ordem de apresentação dos lances.

9.7. Verificando-se discordância entre o preço unitário e o total da Proposta prevalecerá o primeiro, sendo corrigido o preço total; ocorrendo divergência entre os valores numéricos e os por extenso, predominarão os últimos, independentemente de consulta à licitante.

9.8. As licitantes selecionadas para a fase de lances serão convidadas, de forma sequencial, a apresentar lances verbais a partir do autor da Proposta selecionada de maior preço, em ordem decrescente de valor.

9.9. Os lances serão sucessivos e verbais e anotados pela Pregoeira, devendo a licitante oferecer lance em valor inferior ao último ofertado. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido primeiro.

9.10. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela Pregoeira, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço por ele ofertado, para efeito de ordenação das Propostas.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

9.11. Não poderá haver desistência dos lances ofertados.

9.12. O encerramento da etapa competitiva de lances dar-se-á quando, indagados pela Pregoeira as licitantes não manifestarem mais interesse em apresentar lances.

9.13. Após a fase de lances, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de **MENOR PREÇO POR LOTE**.

9.14. O presente pregão será de participação exclusiva de microempresas – ME, empresas de pequeno porte – EPP e microempreendedores individuais – MEI, conforme Planilha Orçamentária (ANEXO V), desde que comprovem esta condição nos termos deste Edital, em cumprimento ao disposto no art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014, observado o disposto nos arts. 7º, §2º e art. 13 da Lei Estadual nº 10.403/2015.

9.15. A Pregoeira examinará a aceitabilidade da Proposta de menor preço, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito e procederá à negociação com a licitante classificada em 1º lugar para obter melhores condições para a Administração.

9.15.1. Se a Proposta de menor preço não estiver conforme as exigências editalícias, a Pregoeira desclassificará a Proposta e procederá ao exame da oferta subsequente, e, assim sucessivamente.

9.16. Concluída a etapa de negociação, as licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante classificada em 1º lugar, o que será consignado na ata da sessão. **COLOCAR SOMENTE QUANDO COUBER CADASTRO DE RESERVA**

9.16.1. A apresentação de novas propostas para registro adicional de preços não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante classificada em 1º lugar.

9.16.2. A Pregoeira examinará a aceitabilidade de todas as propostas para registro adicional de preços.

9.16.3. Para o registro do preço das demais licitantes será exigida a análise da habilitação.

9.16.4. Se houver mais de uma licitante na situação de que trata este item, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

9.16.5. Para fins de classificação e **ordenação final das Propostas**, não poderá haver desistência das novas propostas para registro adicional de preços, ainda que a licitante classificada em 1º lugar seja inabilitada.

9.17. O registro adicional de preços a que se refere o item anterior tem por objetivo o CADASTRO DE RESERVA, no caso de exclusão da Beneficiária do Contrato.

9.18. A Pregoeira procederá à abertura do Envelope nº 02 contendo a documentação da licitante classificada em 1º lugar e das demais licitantes que aceitaram integrar o CADASTRO DE RESERVA, com o objetivo de verificar suas condições habilitatórias, consoante às exigências deste Edital.

9.18.1. Após a entrega dos documentos de habilitação não será permitida a substituição ou apresentação de documentos, salvo quando, a critério da Pregoeira, tratem-se de esclarecimentos sobre dúvidas ou manifestos erros formais.

9.19. Verificado o atendimento das exigências para a Habilitação na forma exigida no Edital, será a licitante declarada habilitada.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

9.20. A licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos neste Edital, ou os apresentar em desacordo ou com irregularidades, será inabilitada, sem prejuízo de aplicação de sanções, ressalvada a hipótese legal prevista no **item 9.22**.

9.21. Se a licitante for inabilitada, será selecionada a Proposta subsequente em ordem de classificação, verificando-se se existem outras licitantes com direito de preferência no mesmo intervalo, quando for o caso, procedendo-se em seguida ao exame de conformidade da proposta e sua aceitabilidade e a habilitação do proponente, e assim sucessivamente.

9.22. Quando todas as propostas forem desclassificadas ou todas as licitantes inabilitadas, a Pregoeira poderá conceder o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de outras propostas ou de nova documentação escoimadas dos vícios que ensejaram a decisão.

9.23. As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.23.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.23.2. A declaração do vencedor de que trata o **item 9.22.1** acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, conforme estabelece o art. 4º, inciso XV, da Lei Federal nº 10.520/2002, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal, em cumprimento ao art. 5º, § 3º, da Lei Estadual nº 10.403/2015.

9.23.3. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação, sem prejuízo das sanções administrativas previstas no **item 15.1** deste Edital.

9.24. A Pregoeira consultará as licitantes credenciadas presentes sobre a intenção de recorrer do julgamento do presente Pregão.

9.25. Havendo manifestação da intenção de recurso, a Pregoeira registrará na Ata o motivo e as razões procedendo da forma seguinte:

- a) informará à licitante recorrente que terá prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente;
- b) informará às licitantes o dia que vencem os prazos de apresentação de razões e contrarrazões de recurso, registrando na Ata da sessão;
- c) informará às licitantes a data de início da contagem do prazo para apresentação das razões de recurso, caso os autos do processo licitatório não sejam disponibilizados imediatamente para vista.

9.26. Não havendo interesse em recorrer, a Pregoeira encerrará a sessão lavrando a Ata circunstanciada.

9.27. Caso tenha ocorrido lance/negociação, a licitante vencedora e, se houver, as licitantes que aceitaram integrar o CADASTRO DE RESERVA, ficam obrigados a apresentarem a Proposta de Preços Adequada ao preço final, observado o prazo de 2 (dois) dias úteis contado da lavratura da ata.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

9.27.1. O prazo para apresentação da Proposta de Preços Adequada poderá ser prorrogado quando solicitado pela licitante, durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CPL.

9.27.2. O não cumprimento do prazo estabelecido no item anterior, sem motivo justificado e aceito pela ALEMA, implicará na aplicação das sanções previstas no **item 15.1** deste Edital.

9.28. Decididos os recursos ou não havendo interposição de recurso, a Pregoeira procederá à Adjudicação do objeto à licitante vencedora, logo após a apresentação da Proposta de Preço indicada no item anterior.

9.29. Se houver interposição de recurso contra atos da Pregoeira, a Adjudicação dar-se-á após o julgamento do recurso interposto e dado conhecimento do seu resultado.

9.30. Serão desclassificadas as Propostas de Preços que:

- a) que não atenda às exigências deste Edital;
- b) alterarem os quantitativos previstos nas tabelas contidas no Termo de Referência e na Planilha Orçamentária fornecida pela Administração (acréscimos, diminuições, supressões de quantitativos e/ou itens e subitens);
- c) forem omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos que inviabilizem sua análise em conformidade com as exigências deste Edital;
- d) apresentem preços unitários ou total para os ITENS ofertados acima do máximo estabelecido para este Pregão, constante da Planilha Orçamentária, ANEXO V deste Edital;
 - d.1) antes de desclassificar Proposta por preço acima do máximo estabelecido, a Pregoeira poderá negociar com a licitante a redução do seu preço. Caso obtenha êxito na negociação, o valor da Proposta será readequado devendo o representante da licitante rubricar novamente a Proposta, registrando-se o fato na Ata da sessão.
- e) que apresente preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que demonstrem a sua viabilidade através de documentação solicitada pela Pregoeira admitindo-se, planilha de custos elaborada pela própria licitante sujeita a exame da ALEMA e/ou contrato, ainda que em execução, com preços semelhantes.
 - e.1) A licitante que ofertar preço supostamente inexequível e que não demonstre posteriormente a sua exequibilidade, sujeitar-se-á às penalidades administrativas pela não-manutenção da Proposta, e nesse caso a Pregoeira retomará a sessão com as licitantes remanescentes.
- f) apresentem preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria licitante, para as quais ela renuncia parcela ou totalidade da remuneração;
 - f.1) caso a Proposta indique preços nessas condições, a Pregoeira diligenciará determinando que a licitante apresente relatório técnico circunstanciado, acompanhado da prova de propriedade dos materiais e instalações;
 - f.2) o não atendimento da diligência no prazo fixado ou a recusa em fazê-lo resultará na desclassificação da proposta e a Pregoeira retomará a sessão com as licitantes remanescentes.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

9.31. Os Envelopes contendo a Documentação de Habilitação das demais licitantes permanecerão sob a guarda da Pregoeira até a data de assinatura da respectiva Ata de Registro de Preços.

10. DO RECURSO ADMINISTRATIVO

10.1. Encerrado o julgamento e declarada a vencedora deste Pregão, as licitantes poderão manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer e as razões do recurso, o que deverá ser registrado em Ata pela Pregoeira.

10.2. Caracteriza-se a renúncia do direito em recorrer quando:

- a) a licitante não credencia representante ou procurador;
- b) o representante ou procurador credenciado expressamente declina do direito ou mantém-se silente quando consultado;
- c) o representante ou procurador credenciado se ausenta antes do término da sessão.

10.3. Manifestada a intenção de recorrer, por qualquer das licitantes, será concedido o prazo de até 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do Recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, na sala da Comissão Permanente de Licitação localizada no prédio sede da ALEMA no endereço mencionado no preâmbulo deste Edital.

10.4. O Recurso será dirigido ao Presidente da ALEMA por intermédio da Pregoeira, devidamente protocolado no Núcleo de Protocolo da assembleia, com cópia entregue na Comissão Permanente de Licitação – CPL.

10.5. Cabe à Pregoeira receber, examinar, e decidir os recursos, encaminhando-os à autoridade competente quando mantiver sua decisão.

10.6. O acolhimento de recurso pela Pregoeira ou pela autoridade competente, conforme o caso, importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO

11.1 Não havendo manifestação de recurso ou após seu julgamento, a Pregoeira procederá à adjudicação do objeto à licitante vencedora e encaminhará o Processo ao Presidente da ALEMA para homologação.

12. DA REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DA LICITAÇÃO

12.1. A Assembleia Legislativa do Estado se reserva ao direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado e, anulá-la se constatada insanável ilegalidade, em ambos os casos baseado em Parecer escrito e devidamente fundamentado, assegurando o contraditório e a ampla defesa, nos prazos estabelecidos nos referidos atos.

12.2. Não caberá qualquer indenização aos proponentes em caso de revogação ou nulidade deste procedimento licitatório, ressalvada a hipótese prevista no artigo 59 da Lei Federal nº 8.666/1993.

12.3. Em decisão na qual não se evidencie lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria ALEMA.

13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

13.1. Após a publicação da homologação do resultado deste Pregão, as licitantes vencedoras e, se houver, as licitantes que aceitaram integrar o CADASTRO DE RESERVA a que se refere o art. 12, § 1º, do Decreto Estadual nº 31.553/2016, serão convocadas pela Comissão Permanente de Licitação – CPL para assinar a Ata de Registro de Preços, observado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, independentemente de convocação, contado da data de publicação da homologação.

13.1.1. O prazo para assinar a Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado quando solicitado pela licitante, durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela ALEMA.

13.2. É facultado à Administração, quando a licitante vencedora não comparecer ou recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços, convocar licitante do CADASTRO DE RESERVA, observada a ordem de classificação, uma na falta da outra, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, ou revogar este Pregão, independentemente da aplicação das sanções previstas neste Edital.

13.2.1. É facultado à Pregoeira reabrir o certame com a convocação das licitantes remanescentes, quando não houver opção decorrente do CADASTRO DE RESERVA.

13.2.2. Na sessão de reabertura do Pregão, a Pregoeira deverá negociar diretamente com a proponente, obedecida a ordem crescente de preços das propostas remanescentes, para que seja obtido preço melhor.

13.2.3. A recusa em assinar a Ata de Registro de Preços, sem motivo justificado e aceito pela ALEMA, observado o prazo estabelecido no item anterior, implicará na aplicação das sanções previstas no **item 15.1** deste Edital.

13.3. A Ata de Registro de Preços será firmada entre a Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão e as licitantes vencedoras e, se houver, as empresas que aceitaram formar o CADASTRO DE RESERVA, para atendimento de demandas das Unidades Requisitantes.

13.4. O extrato da Ata de Registro de Preços será publicado no Diário Oficial do Estado assim como divulgado no site da ALEMA de forma a permitir aos órgãos e entidades que não participaram da licitação a possibilidade de aderir à Ata nas condições estabelecidas.

13.5. Após cumpridos os requisitos de publicidade, a Ata de Registro de Preços terá efeito de compromisso da execução do fornecimento, para futura contratação, obrigando-se a Beneficiária do registro e a ALEMA ao cumprimento de todas as condições ali estabelecidas.

13.6. As condições para formalização da Ata de Registro de Preços, sua alteração, cancelamento, prazos, normas para futuras aquisições, assim como as demais condições do compromisso, constam da Minuta da Ata de Registro de Preços, ANEXO VII deste Edital.

13.7. Os processos de compras deverão ser encaminhados para consulta prévia da Comissão Permanente de Licitação – CPL a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados.

13.8. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses contados de sua publicação, conforme dispõe o artigo 15, § 3º, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993 c/c art. 13 do Decreto Estadual nº 31.553/2016.

13.9. A Ata de Registro de Preços não obriga a ALEMA a firmar as contratações que dela poderão advir, ficando-lhe facultada a realização de licitação específica para a aquisição dos materiais pretendidos, hipótese em que ficará assegurado à Beneficiária a preferência na contratação, desde que a sua Proposta atenda às mesmas condições da licitante vencedora, consoante dispõe o art. 3º, § 2º e § 4º, do Decreto Estadual nº 31.553/2016.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

13.10. A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por órgãos e entidades da Administração Pública ou entidades privadas que não tenham participado do certame licitatório ("Carona"), mediante prévia consulta à CPL para adesão, desde que devidamente comprovada a vantagem e observadas as normas em vigor.

13.10.1. Os órgãos e entidades que não participaram do Sistema de Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão formalizar o processo administrativo de adesão junto à CPL que se manifestará quanto à possibilidade de adesão.

13.10.2. Caberá à empresa Beneficiária da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que este novo compromisso não prejudique as obrigações presentes e futuras assumidas com a ALEMA.

13.10.3. As aquisições adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens registrados na Ata de Registro de Preços decorrente deste Pregão.

13.10.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços, independente do número de órgãos não participantes que venham a aderir, conforme o art. 21, § 5º, do Decreto Estadual nº 31.553/2016.

13.10.5. Após a autorização da CPL, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 60 (sessenta) dias, observado o prazo de vigência da Ata.

13.10.6. A CPL não responde pelos atos praticados no âmbito do órgão participante e do carona.

13.10.7. Fica assegurada a preferência das adesões aos órgãos e entidades do Governo do Estado do Maranhão, por força do disposto no art. 21 do Decreto Estadual nº 31.553/2016.

14. DAS CONTRATAÇÕES

14.1. As contratações com a Beneficiária da Ata de Registro de Preços serão formalizadas pela ALEMA por meio de Ordem de Fornecimento, em substituição ao instrumento de contrato, conforme modelo constante no ANEXO VIII deste Edital, aplicando-se a hipótese prevista no art. 62, § 4º, da Lei Federal nº 8.666/1993 c/c art. 13, § 1º, da Resolução nº 788/2011-ALEMA.

14.2. A Beneficiária da Ata de Registro de Preços será convocada pelo Gestor do Contrato para retirar a Nota de Empenho da Despesa e assinar a Ordem de Fornecimento, observado o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da convocação, sob pena de decair ao direito de contratação.

14.2.1. O prazo para a assinatura da Ordem de Fornecimento estabelecido no item anterior poderá ser prorrogado por igual período quando solicitado pelo beneficiário da Ata de Registro de Preços durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela ALEMA.

14.3. É facultado à Administração, quando a Beneficiária não comparecer, não apresentar todos os documentos de regularidade exigidos, recusar-se a retirar a Nota de Empenho da Despesa e a assinar a Ordem de Fornecimento ou tiver seu registro cancelado, convocar licitante do CADASTRO DE RESERVA, observada a ordem de classificação, uma na falta da outra, para fornecer o material que se pretende adquirir, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela Beneficiária, ou revogar este Pregão, independentemente da aplicação das sanções previstas no **Item 15.1** deste Edital.

14.3.1. É facultado à Pregoeira reabrir o certame com a convocação das licitantes remanescentes, quando não houver opção decorrente do CADASTRO DE RESERVA.

14.3.2. Na sessão de reabertura do Pregão, a Pregoeira deverá negociar diretamente com a



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

proponente, obedecida a ordem crescente de preços das propostas remanescentes, para que seja obtido preço melhor.

14.3.3. A recusa em retirar a Nota de Empenho e assinar a Ordem de Fornecimento, sem motivo justificado e aceito pela ALEMA, observado o prazo estabelecido no item anterior, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida e implicará na aplicação das sanções previstas no neste Edital.

14.4. Para a assinatura da Ordem de Fornecimento, a Beneficiária deverá ser representada por sócio que tenha poderes de administração ou por procurador com poderes específicos apresentando no ato cópia do instrumento comprobatório.

14.5. A Beneficiária se obriga a manter, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

14.6. No ato da assinatura da Ordem de Fornecimento, a Beneficiária deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) todos os documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista exigidos no **item 8.1.2** deste Edital;
- b) Certidão Negativa de Débito com a CAEMA (Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão), conforme Decreto estadual nº 21.178, de 26 de abril de 2005;
- c) Certificado de Regularidade expedido pela Superintendência Regional do Ministério do Trabalho no Maranhão, consoante a Lei Estadual nº 9.752, de 10 de janeiro de 2013.

14.7. Antes da emissão da Nota de Empenho, enquanto condição para celebrar a contratação, a ALEMA procederá consulta prévia ao Cadastro Estadual de Inadimplentes – CEI para a verificação da situação da Beneficiária em relação às obrigações pecuniárias vencidas e não pagas, consoante determina o art. 5º da Lei Estadual nº 6.690, de 11 de julho de 1996.

14.7.1. Caso exista registro de débito no CEI, a BENEFICIÁRIA estará impossibilitada de contratar com a ALEMA ressalvadas as hipóteses estabelecidas no art. 7º, § 2º, da Lei Estadual nº 6.690/1996.

14.8. É vedada a subcontratação, no todo ou em parte, para a execução do objeto deste Pregão.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Se alguma licitante, injustificadamente, recusar-se a manter sua Proposta de Preços durante o prazo de validade; deixar de apresentar a Proposta de Preços Adequada; não comparecer ou recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços; não comparecer ou recusar-se a retirar a Nota de Empenho ou a assinar a Ordem de Fornecimento, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) impedimento de licitar e contratar com o Estado do Maranhão, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, a teor do disposto no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002;
- b) multa de 2% (dois por cento) do valor global da Proposta de Preços, devidamente atualizada.

15.2. O atraso injustificado na entrega ou substituição dos produtos sujeitará a Contratada à aplicação das seguintes multas de mora, garantida a ampla defesa e o contraditório:

- a) multa moratória diária de 0,02% (dois centésimos por cento), incidente sobre o valor total dos produtos entregues com atraso, até o limite de 10% (dez por cento);



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

- b) multa moratória diária de 0,02% (dois centésimos por cento), incidente sobre o valor total dos produtos reprovados no recebimento provisório ou que apresentem defeito de fabricação ou impropriedades, até o limite de 10% (dez por cento).

15.3. Além da multa aludida no item anterior, a ALEMA poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à Contratada, nas hipóteses de inexecução total ou parcial da Ordem de Fornecimento:

- a) advertência;
- b) multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação;
- c) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.4. As sanções previstas nas alíneas 'a', 'c' e 'd' poderão ser aplicadas conjuntamente com a prevista na alínea 'b'.

15.5. Caberá a Comissão de Fiscalização propor a aplicação das penalidades previstas, mediante relatório circunstanciado, apresentando provas que justifiquem a proposição.

15.6. As multas deverão ser recolhidas no prazo de 15 (quinze) dias consecutivos contados da data da notificação, em conta bancária a ser informada pela ALEMA.

15.7. O valor da multa poderá ser descontado dos pagamentos ou cobrado diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente.

15.8. A licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, consoante previsto no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas relativas às aquisições decorrentes desta licitação correrão à conta de recursos consignados no Orçamento Geral da ALEMA, cujos programas de trabalho e a categoria econômica constarão quando da emissão da respectiva Nota de Empenho.

16.2. Por não gerar compromisso de contratação a realização desta licitação independe da previsão orçamentária, contudo os recursos financeiros para cobertura da despesa referente à contratação quando ocorrerá a contar da Dotação Orçamentária do exercício vigente, abaixo declinadas:

Unidade Gestora: 010101 – Assembleia Legislativa. **Unidade Orçamentária:** 01101; **Projeto Atividade:** 4628 – Atuação Legislativa; **Plano Interno:** Manutenção; **Natureza da Despesa:** 3.3.90.30 – Material de consumo; **Subitem de Despesas:** 3.3.3.90.30.11 – Material destinado ao combate de sinistro; **Fonte de Recursos:** 0101000000: Recursos do Tesouro – Exercício atual.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

17.1 A qualquer tempo, antes da data fixada para apresentação das Propostas, a Assembleia, se julgar necessário, poderá adiar a sessão de abertura do certame por razões administrativas e ainda modificar o Edital, hipótese em que deverá proceder a divulgação, reabrindo-se a validade inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta ou a documentação de habilitação.

17.2. A Pregoeira poderá, em qualquer fase da licitação, suspender os trabalhos devendo promover o registro da suspensão e a convocação para a continuidade dos trabalhos na Ata circunstanciada da sessão.

17.3. Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Comarca de São Luís, Estado do Maranhão, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.4. Integram o presente Edital, independentemente de transcrição, os seguintes ANEXOS:

ANEXO I	TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO II	MODELO DE CARTA CREDENCIAL
ANEXO III	DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
ANEXO IV	MODELO DE CARTA PROPOSTA
ANEXO V	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
ANEXO VI	MODELO DE DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR
ANEXO VII	MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ANEXO VIII	MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO

São Luís/MA, 18 de janeiro de 2017.

Catarina Delmira Boucinhas Leal
Pregoeira



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
Instalada em 16 de fevereiro de 1835
Comissão Permanente de Licitação – CPL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017-CPL/ALEMA
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2017-ALEMA

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

6. OBJETO

Registro de Preços, pelo prazo de doze (12) meses, para eventual aquisição de material e equipamento para o sistema de combate a incêndio da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, visando à manutenção e expansão do mesmo, de acordo com as especificações constantes deste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA

A contratação do objeto se justifica ante a necessidade de conservação, melhoria e aperfeiçoamento do sistema de combate a incêndio da ALEMA, visando garantir a salvaguarda dos funcionários, parlamentares e usuários que utilizam as instalações físicas do edifício sede do Poder Legislativo do Estado do Maranhão; Atender ao termo de ajuste de conduta do Corpo de Bombeiros em visita a Casa em cumprimento ao Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Estado do Maranhão (COSCIP-MA), aos dispostos nas Normas Regulamentadoras NR'S: 06, 10, 23, 26,33, do Ministério do Trabalho; e as ABNT NBR-10897, 13434, 12693;

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O procedimento licitatório para o objeto deste termo será disciplinado pela Lei Federal nº 10.520/2002; Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, com o tratamento diferenciado previsto na Lei Estadual nº 9.529/2011, e regulamentado pela Lei Estadual nº 10.403/2015; Decreto Federal nº 3.555/2000; Decreto Estadual nº 31.553/2016; Resolução Administrativa nº 481/2006; Resolução Administrativa nº 1.271/2007e demais legislações aplicadas à matéria.

4. DA ESCOLHA DO OBJETO

As escolhas dos Equipamentos e materiais solicitados, como também seus quantitativos, foram obtidas a partir de uma ampla consulta realizada nos setores responsáveis pelo controle (Patrimônio, Almoxarifado) e conservação (D.A, SDMS e Zeladoria) dos mesmos, no acervo patrimonial da ALEMA. Desta forma estamos anexando especificações detalhadas, fotos e quantitativo estimativo para o procedimento licitatório de aquisição dos referidos objetos, neste Termo de Referencia, como parte dos procedimentos necessários a Segurança contra Sinistros e o perfeito funcionamento desta Casa.

5. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO****Instalada em 16 de fevereiro de 1835****Comissão Permanente de Licitação – CPL**

5.1. O objeto deste Termo de Referência obedecerá às quantidades e especificações abaixo descritas, sendo as imagens meramente ilustrativas:

LOTE 01					
ITEM	MATERIAL	QNT.	UND.	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO	PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO
1	Abrigo metálico para hidrante e mangueira modelo interno, confeccionado em chapa de aço SAE 1010/1020, laminada a frio, com dimensões internas de 90x60x17cm, composta de visor de acrílico e inscrição incêndio, veneziana para ventilação, trinco embutido, suporte tipo meia lua / basculante, acabamento em esmalte vermelho.	20	UND		
2	Abrigo para Mangueira modelo interno, com prateleira, fabricado em Fibra de Vidro, dimensões 90x60x18cm, composta de visor de vidro e inscrição incêndio, trinco sobreposto tipo puxador, suporte tipo meia lua, acabamento em epox vermelho.	12	UND		
3	Abrigo para extintor tipo carreta de 30 kg em PRFV (Plástico Reforçado com Fibras de Vidro). Pigmentado na fabricação com gel coat aditivado contra raios UV's Na cor Vermelha Munsel 5R4/14; com abas p/fixação no solo; Aberto na frente e na base, lavável, de fácil conservação, nas medidas: A= 150 x L= 75 x P= 90 cm.	4	UND		
4	Machado militar (bombeiro). Estrutura em aço SAE 1050, dureza de 45 a 52 HRC, forjado em peça única, sem soldas ou emendas, temperado e revenido, processos que eliminam trincas e imperfeições na lâmina, Largura da cabeça: 33cm, Comprimento total: 91cm, Peso: 3,6kg – espessura da cabeça: 4,5 cm cabo anatômico em madeira especial e envernizada.	4	UND		

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO****Instalada em 16 de fevereiro de 1835****Comissão Permanente de Licitação – CPL**

5	Halligan com Cabo em Fibra; Ferramenta para arrombamento tipo com cabo em fibra na cor preta. Dotada nas extremidades de arrombadores padrão SWAT/Police, produzidos em aço inoxidável. "Comprimento do cabo: 30" (76 cm).	4	UND		
6	Armário para Machado Militar (bombeiro). Confeccionado em chapa de aço com Pintura Eletrostática vermelha e Vidro Frontal com chave e suporte na Porta. Dimensões: 53 cm larg. x 15 cm prof. x 1,0mt alt.	4	UND		

LOTE 02					
ITEM	MATERIAL	QNT.	UND.	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO	PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO
1	Tampa para hidrante de RECALQUE, com inscrição INCÊNDIO- fabricado em ferro fundido com 60x40 cm, utilizado em conjunto para recalque em calçadas.	4	UND		
2	Válvula angular globo em ângulo de 45° tipo predial diâmetro 2.1/2" entrada rosca fêmea 11 fios BSP e saída macho 05 fios (padrão Corpo de Bombeiros) confeccionados em latão de alta resistência conforme norma NBR-6314 liga 86.400 da ABNT, pressão de trabalho de 100 PSI, acabamento escovado, volante em Alumínio Fundido fixado furo quadrado fixado com porca.	40	UND		
3	Volante para registro globo em ângulo de 45° tipo predial diâmetro 2.1/2" (padrão Corpo de Bombeiros) em Alumínio Fundido, furo quadrado para fixado com porca.	40	UND		
4	Volante para registro globo em ângulo de 45° tipo predial diâmetro 2.1/2" (padrão Corpo de Bombeiros) em Alumínio Fundido, furo redondo, fixado com pino trava.	40	UND		
5	Adaptador Storz de 2.1/2"(Registro globo) para engate rápido 1.1/2"	40	UND		

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO****Instalada em 16 de fevereiro de 1835****Comissão Permanente de Licitação – CPL**

	(Mangueira de incêndio), fabricado em latão.				
6	Adaptador Storz de 2.1/2" (Registro globo) para engate rápido 2.1/2" (Mangueira de incêndio), fabricado em latão.	40	UND		
7	Tampão com corrente e adaptação Storz, em latão de 2.1/2". utilizado para proteção da saída do hidrante.	40	UND		
8	Tampão com corrente e adaptação Storz, em latão de 1.1/2". utilizado para proteção da saída do hidrante.	40	UND		
9	Chaves para conexões de engate rápido storz dupla 1.1/2" x 2.1/2" confeccionada em latão de alta resistência.	40	UND		
10	Redução Fixa Storz para mangueiras de incêndio para reduzir o diâmetro da mangueira e seus acessórios de 2.1/2" para 1.1/2", com guarnição em borracha SBR 70 ,corpo em bronze.	40	UND		

LOTE 03					
ITEM	MATERIAL	QNT.	UND.	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO	PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO
1	Mangueira de incêndio tipo 2, revestida externamente com reforço têxtil confeccionado 100% em fio poliéster de alta tenacidade e internamente com tubo de borracha sintética; dotada de união tipo engate rápido (storz) conforme NBR 14349, de 1.1/2", comprimento 15m,com resistência a ruptura, abrasão e deterioração por bolor e fungos. Em conformidade com a ABNT – NBR 11861.	20	UND		
2	Mangueira de incêndio tipo 2,na cor branca, revestida externamente com reforço têxtil confeccionado 100% em fio poliéster de alta tenacidade e internamente com tubo de borracha sintética na cor preta; dotada de união tipo engate rápido (storz) conforme NBR 14349, de 2.1/2", comprimento 15m,com resistência a ruptura,	20	UND		

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO****Instalada em 16 de fevereiro de 1835****Comissão Permanente de Licitação – CPL**

	abrasão e deterioração por bolor e fungos. Em conformidade com a norma ABNT – NBR 11861.				
3	Mangueira de incêndio tipo 2, a cor branca, revestida externamente com reforço têxtil confeccionado 100% em fio poliéster de alta tenacidade e internamente com tubo de borracha sintética na cor preta; dotada de união tipo engate rápido (storz) conforme NBR 14349, de 2.1/2", comprimento 30m, com resistência a ruptura, abrasão e deterioração por bolor e fungos. Em conformidade com a norma ABNT – NBR 11861.	20	UND		
4	Derivante com diâmetro de entrada de 2 1/2", engate tipo "Storz"; e três saídas de diâmetro de 1 1/2", com engate rápido tipo "Storz"; dotado de válvulas esféricas de fechamento rápido de 1/4 de volta. Fabricado em bronze, acabamento polido.	4	UND		
5	ESGUICHO DE VAZÃO REGULÁVEL TIPO PISTOLA PARA LINHAS DE 1 1/2", Com corpo usinado em liga de alumínio (DURAL), punho injetado em plástico tendo acabamento ergonômico apropriado a comportar uma mão fechada com luva, com acomodação para os dedos, ângulo de inclinação de aproximadamente 30°, anel de controle revestido de borracha em liga de alumínio, alavanca de vazão em peça de plástico maleável e inquebrável, conexão com padrão STORZ de 1 e 1/2 polegadas permanentemente giratória; 280mm de comprimento, 225mm de altura e 100mm de largura (união Storz); COBERTO POR GARANTIA DE 5 ANOS, sendo gravado no corpo o número de série de fabricação, permitido rastreamento e controle da garantia.	4	UND		
VALOR TOTAL DO LOTE 03					R\$

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO**

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

LOTE 04					
ITEM	MATERIAL	QNT.	UND.	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO	PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO
1	Esguichos reguláveis, para utilização em canhões monitores portátil GPM-190, para lançamento de água ou espuma, sem aspiração de ar, com proporcionador incorporado, que permite a dosagem de 3% ou 6%, para trabalho com vazão constante, em jato sólido ou neblina, com baixa perda de carga e pressão de operação; Fabricados em alumínio anodizado Pressão de serviço 7 kgf/cm².	4	UND		
2	Canhão monitor portátil GMP-190, projetado para ataque rápido ao foco de incêndio, com uma entrada engate rápido Storz Ø 2.1/2". Vazão de até 1.900 LPM (500 GPM) para água ou espuma. Fabricado em alumínio anodizado, movimento horizontal de 20° a direita e 20° a esquerda, elevação vertical de 30° abaixo da horizontal e 60° acima da horizontal. Conexão roscada para o esguicho 2.1/2" NH. Pés dobráveis com pontas em aço ferramenta; Alavanca de abertura e fechamento com trava de segurança, que permite o transporte com jato de água bloqueado, prevenindo acidentes se reposicionado com as linhas de mangueiras abertas.	4	UND		

LOTE 05					
ITEM	MATERIAL	QNT.	UND.	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO	PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO
1	"Chave de fixação para instalação de sprinklers de 1/2", ao mesmo tempo, que garante a integridade dos bicos.	8	UND		
2	Sprinkler de 1/2, Cromado 79°C - Pendente (Pendent), rosca externa. Em conformidade com	40	UND		

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO****Instalada em 16 de fevereiro de 1835****Comissão Permanente de Licitação – CPL**

	as normas de instalação da ABNT NBR 13792:- Certificação BRTUV (avaliação da qualidade), Pressão de Funcionamento Máxima 12,0 kgf / cm ² , Coeficiente de Descarga 80,0 L/min. + - 5 % para chuveiro de 1/2" ou 15mm, (Norma ABNT NBR 6125) com Corpo Latão,- Obturador Latão,- Elemento sensível (Ampola) Vidro,- Parafuso de Compressão Aço Inoxidável,- Defletor Latão, com CANOPLA.				
3	Sprinkler de 1/2, Cromado 68°C - Lateral (Sidewall), rosca externa. Em conformidade com as normas de instalação da ABNT NBR 13792:- Certificação BRTUV (avaliação da qualidade), Pressão de Funcionamento Máxima 12,0 kgf / cm ² , Coeficiente de Descarga 80,0 L/min. + - 5 % para chuveiro de 1/2" ou 15 mm, (Norma ABNT NBR 6125) com Corpo Latão, - Obturador Latão, - Elemento sensível (Ampola) Vidro, - Parafuso de Compressão Aço Inoxidável, - Defletor Latão, com CANOPLA.	60	UND		
4	Sprinkler de 1/2, Cromado 68°C - Pendente (Pendent), rosca externa. Em conformidade com as normas de instalação da ABNT NBR 13792:- Certificação BRTUV (avaliação da qualidade), Pressão de Funcionamento Máxima 12,0 kgf / cm ² , Coeficiente de Descarga 80,0 L/min. + - 5 % para chuveiro de 1/2" ou 15mm, (Norma ABNT NBR 6125) com Corpo Latão,- Obturador Latão,- Elemento sensível (Ampola) Vidro,- Parafuso de Compressão Aço Inoxidável,- Defletor Latão, com CANOPLA.	400	UND		



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

5	Spray para testes de funcionamento de detectores ópticos de Fumaça. Não condutor de eletricidade, não corrosivo e não deixa resíduo. Com capacidade de até 300 testes (Teste a seco) em detectores de fumaça.	4	UND		
6	Aparelho extintor portátil de incêndio com carga Pó Químico seco (PQS/ABC) para as classes ABC, conforme ABNT NBR 15808:2010; Capacidade 08 kg, certificado do INMETRO, carga completa, com GARANTIA DE 5 ANOS .	40	UND		
7	Extintor Sobre Rodas de Pó Químico Seco (PQS) - Classe ABC com carga de Pó a base de monofosfato de amônia siliconado, utilizado no combate a incêndio de Sólidos ou líquidos inflamáveis e equipamentos elétricos. Capacidade nominal: 30 kg, carga completa Capacidade extintora: 6A 80BC, certificado pela ABNT norma NBR 10721 e pelo INMETRO.	4	UND		
8	Abafador Para Combate Ao Fogo de incêndio rasteiro, composto de um cabo preso em uma de suas extremidades a um retângulo de borracha (resistente a fogo), permeado de furos, 01 suporte de ferro, 01 flap de borracha- 40cm x 30cm x 04mm, cabo de madeira- 1,50m x 30mm de diâmetro.	8	UND		
9	Ferramenta Florestal TORGA: para Abertura de Faixas, Rescaldo em Incêndios Florestais e Fogo Controlado. Ficha Técnica: Dimensões: 335 x 150 x 4 mm, Lâmina: Em aço de elevada resistência, Corte: Laser, Cabo: Ergonômico de madeira envernizada, Encaixe do cabo: Alumínio maquinado	4	UND		

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO****Instalada em 16 de fevereiro de 1835****Comissão Permanente de Licitação – CPL**

10	Mochila Ecofire Flexível Anti-incêndio. Tanque de PVC 19L, com aditivo anti-chamas e desenho inédito para facilitar o abastecimento com duas alças, Correias reguláveis com ombreiras acolchoadas, engate rápido metálico com válvula, mangueira de alta resistência com molas de reforço nas extremidades, bomba de latão com manopla dupla e bico regulável com capa plástica, quebra-ondas interno para maior conforto e estabilidade.	8	UND		
----	---	---	-----	--	--

LOTE 06

ITEM	MATERIAL	QNT.	UND.	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO	PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO
1	Suporte de parede em metal galvanizado modelo em “L”, para extintores com carga de Gás Carbônico (CO ₂), de 6kg.	80	UND		
2	Suporte de parede em metal galvanizado modelo em “L”, para extintores com carga d’água pressurizada - 10L- (AP 10L).	80	UND		
3	Suporte de piso para extintores com carga de Gás Carbônico (CO ₂), de 6 kg com haste para placa de sinalização.	48	UND		
4	Suporte de piso para extintores com carga d’água pressurizada - 10L- (AP 10L), com haste para placa de sinalização.	48	UND		
5	Suporte móvel modelo carrocinha para extintores de carga de Gás Carbônico (CO ₂), de 6 kg, com rodas e alça de transporte.	48	UND		
6	Suporte móvel modelo carrocinha para extintores de carga d’água pressurizada - 10L- (AP 10L), com rodas e alça de transporte.	48	UND		

LOTE 07

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO**

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

ITEM	MATERIAL	QNT.	UND.	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO	PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO
1	Fita Antiderrapante Fotoluminescente Ilumina no escuro (na ausência de luz), Comprimento 20m x Largura 50 mm, Indicado onde houver perigo de escorregamento.	60	UND		
2	Fita adesiva dupla face espumada p/ fixação de placas internas e externas capacidade de suporte até 2 kg – 24mm x 1,50m. 3M ou similar.	24	UND		
3	Fita adesiva de sinalização p/ marcação de piso em PVC, resistente à umidade, ácidos, óleos e solventes – 30m x 5cm, espessura mínima=0,155, cor vermelha .	80	UND		
4	Fita adesiva de sinalização p/ marcação de piso em PVC, resistente à umidade, ácidos, óleos e solventes – 30m x 5cm, espessura mínima=0,155, cor amarela .	80	UND		
5	Fita para Piso Antiderrapante , com ótima resistência à água, Utilizada na prevenção de acidentes em escadas, rampas, áreas escorregadias..., Composição: PVC revestido em grãos de oxido, adesivo acrílico. Cores: Preta, Amarela, azul, Transparente, Cinza Zebrada (Amarela e Preta) Medida: 48mm X 30m	60	UND		
6	Tapete para extintor fabricado em vinil sintético 1m². Possuindo base vermelho e 4 bordas laterais amarelo, com 10,00 mm de espessura, 100% PVC, para uso interno e externo, lavável, de alta durabilidade, , não propaga chamas. Sendo para substituição de pinturas ou adesivamentos	80	UND		

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO****Instalada em 16 de fevereiro de 1835****Comissão Permanente de Licitação – CPL**

	feitas para demarcar hidrantes e extintores de acordo com IT 20 do Corpo de Bombeiros.				
--	--	--	--	--	--

LOTE 08					
ITEM	MATERIAL	QNT.	UND.	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO	PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO
1	Corrente em PVC polietileno , tamanho “G” com elos: 63 x 34 x 9 mm, na cor amarelo/ preto. Utilizada para demarcação de espaço, isolamento ou sinalização de áreas.	200	MTS		
2	Barreira móvel com, 4 metros de comprimento, 16 painéis articulados, 2 rodinhas de 12,7cm que não marcam o piso, 4 correias elásticas para armazenar a barreira fechada, Alta visibilidade. Pode ser utilizada em curva, linha reta, ou em círculo. Para uso em interiores, Medidas: 60,0 x 33,0 x 101,6 cm. Peso 14,5Kg, Medidas: 101,6 X 60,0 X 33,0 cm.	4	UND		
3	Cavelete Interligável (plástico) , desmontável, fabricado em polietileno, de baixa densidade, com proteção contra raios UV, resistente a intempéries (sol e chuva), com 1,03m de altura x 1,5m ou 2m de comprimento x 90cm de largura. Com possibilidade para interligação, entre um cavelete e outro. Possuindo 2 vigas de 2m/comp. x 17cm/larg., com refletivo adesivo de alta visibilidade, e rebaixo para proteção das mesmas, dos dois lados da peça, nas cores laranja com refletivo branco, tendo nas laterais orifício para encaixe de Pisca de advertência externo (sinalizador noturno) e com enchimento de areia, peso total, até 27 kg. Utilização em interdição de áreas e sinalização de emergência.	8	UND		

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO****Instalada em 16 de fevereiro de 1835****Comissão Permanente de Licitação – CPL**

4	Cone Sinalizador: tipo Barril com Base Quadrada: 580 x 585 mm, Formato Cilíndrico: Diâmetro: 395mm, Altura: 1,170m, corpo em PEAD (Polietileno de Alta Densidade), virgem de rotomoldagem, sem emendas, com grande resistência às intempéries, Cor: Laranja com Faixas Refletivas.	8	UND		
5	Tachões de Sinalização Rodoviária , para divisão do fluxo, balizamento e interferências na pista. Corpo em resina plástica de alta resistência mecânica e cargas minerais fillerizantes; dois pinos incorporados ao corpo do tachão; dois refletivos (bidirecional) Em acrílico prismático na cor amarela, Dimensões: 250 x 150 x 50 mm	500	UND		
6	Galão de cola de 1 kg , para fixação de tachão, fabricada em resina acrílica de poliéster com adição de cargas minerais, com catalisador para fixação das peças ao solo.	80	UND		

LOTE 09					
ITEM	MATERIAL	QNT.	UND.	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO	PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO
1	Cone Refletivo Pesado flexível com Tinta refletiva totalmente aderente, ante risco, proteção contra raios solares, na cor laranja, faixas refletivas na cor prata, com 75 cm de altura e peso mínimo de 3,5kg, possuindo secções para inserção de elementos de isolamento de áreas como: fendas para fitas zebradas, pinos para correntes, orifícios para cordas, orifício central para placa pronta e Sinalizador Novel e bandeirolas, De acordo Norma ABNT 15071, podendo ser utilizados em locais externos sem que ocorra alteração de cores ou desgaste do material.	400	UND		
2	Adesivo estrutural à base de resina epóxi, de média viscosidade	80	UND		

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO**

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

(fluido), bi componente e de pega normal, para ancoragens em geral e colagens de concreto velho com concreto novo e chapas metálicas ao concreto. Embora possua consistência fluida, não é autonivelante, Embalagem - lata 1 kg. Tipo Sikadur 32, similar ou de melhor qualidade.				
--	--	--	--	--

LOTE 10					
ITEM	MATERIAL	QNT.	UND.	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO	PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO
1	Adesivo plástico para caixa de abrigo de mangueiras com a inscrição "INCÊNDIO" com dimensões de 30cm x 8cm, conforme ABNT NBR-13434/2004.	200	UND		
2	Placa de sinalização fotoluminescente em PVC, indicativa de posição de extintor de água pressurizada, classes A cores padrão, com dimensões 30x20cm, conforme ABNT NBR-13434/2004.	64	UND		
3	Placa de sinalização fotoluminescente em PVC, indicativa de posição de extintor de CO2, classes B,C , cores padrão, com dimensões 30x20cm, conforme ABNT NBR-13434/2004.	64	UND		
4	Placa de sinalização fotoluminescente em PVC, indicativa de posição de extintor de Pó Químico Seco, classes B,C , cores padrão, com dimensões 30x20cm, conforme ABNT NBR-13434/2004.	64	UND		
5	Placa de sinalização fotoluminescente em PVC, indicativa de posição de extintor de Pó Químico Seco, classes A,B,C , cores padrão, com dimensões 30x20cm, conforme ABNT NBR-13434/2004.	64	UND		
6	Placa de sinalização fotoluminescente em PVC, indicativa de posição de Hidrante/Água cores padrão, com	64	UND		



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

	dimensões 30x20cm, conforme ABNT NBR-13434/2004.				
7	Placa de sinalização “Mangueira de Incêndio”, Fotoluminescente em PVC, dimensões 20x20cm, conforme ABNT NBR-13434/2004.	64	UND		
8	Placa indicativa do Local de Instalação dos Alarmes, Fotoluminescente em PVC, dimensões 10x20cm, conforme ABNT NBR-13434/2004.	64	UND		
9	Placa indicativa do Ponto de sonorizador do Alarme de Incêndio, Fotoluminescente em PVC, dimensões 10x20cm, conforme ABNT NBR-13434/2004.	64	UND		
10	Placa Fotoluminescente , seta indicativa a “Esquerda” de localização dos equipamentos de combate a incêndio, em PVC - 20 x 20 cm conforme ABNT NBR-13434/2004.	64	UND		
11	Placa Fotoluminescente , seta indicativa a “Direita” de localização dos equipamentos de combate a incêndio, em PVC - 20 x 20 cm conforme ABNT NBR-13434/2004.	64	UND		
12	Placa de sinalização de “Hidrante”, Fotoluminescente em PVC, dimensões 20x20cm, conforme ABNT NBR-13434/2004.	64	UND		
13	Placa de sinalização de “Mangueira de incêndio”, Fotoluminescente em PVC, dimensões 20x20cm, conforme ABNT NBR-13434/2004.	64	UND		
14	Placa de sinalização de “Elevador para pessoas com deficiências”, Fotoluminescente em PVC, dimensões 20x20cm, conforme ABNT NBR-13434/2004.	40	UND		
15	Placa de sinalização de “Reservado para pessoas com deficiências”, Fotoluminescente em PVC, dimensões 20x20cm, conforme ABNT NBR-13434/2004.	40	UND		
16	Placa de sinalização Fotoluminescente em PVC, Com pictograma e o texto “Em caso de incêndio não use elevador, use escadas” com dimensões	40	UND		



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

	30x25cm, conforme ABNT NBR-13434/2004.				
17	Placa de sinalização de orientação e salvamento Fotoluminescente , indicação: “saída” de emergência à esquerda com rampa para deficientes, em: PVC, Fundo: Verde, Tamanho: 14 x 26,5 cm conforme ABNT NBR-13434/2004.	64	UND		
18	Placa de sinalização de orientação e salvamento Fotoluminescente , indicação: “saída” de emergência à direita com rampa para deficientes, em: PVC, Fundo: Verde, Tamanho: 14 x 26,5 cm conforme ABNT NBR-13434/2004.	64	UND		
19	Adesivo plástico de sinalização de orientação e salvamento Fotoluminescente , indicação: “saída” de emergência à esquerda com rampa para deficientes, em: PVC, Fundo: Verde, dimensões 20x7cm, conforme ABNT NBR-13434/2004.	64	UND		
20	Adesivo plástico de sinalização de orientação e salvamento Fotoluminescente , indicação: “saída” de emergência à direita com rampa para deficientes, em: PVC, Fundo: Verde, dimensões 20x7cm, conforme ABNT NBR-13434/2004.	64	UND		
21	Placa de sinalização de orientação e salvamento Fotoluminescente - Saída de emergência a direita, em PVC - 14 x 26,5 cm conforme ABNT NBR-13434/2004.	64	UND		
22	Placa de sinalização de orientação e salvamento Fotoluminescente - Saída de emergência a esquerda, em PVC - 14 x 26,5 cm conforme ABNT NBR-13434/2004.	64	UND		
23	Placa de sinalização de orientação e salvamento Fotoluminescente - Saída de emergência a frente, em PVC - 14 x 26,5 cm conforme ABNT NBR-13434/2004.	64	UND		
24	Placa de sinalização de orientação e salvamento Fotoluminescente - Saída de emergência a baixo, em	64	UND		



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

	PVC - 14 x 26,5 cm conforme ABNT NBR-13434/2004.				
25	Placa de sinalização de orientação e salvamento Fotoluminescente - Escada de emergência para baixo à direita , em PVC - 14 x 26,5 cm conforme ABNT NBR-13434/2004.	64	UND		
26	Placa de sinalização de orientação e salvamento Fotoluminescente - Escada de emergência para baixo à esquerda , em PVC - 14 x 26,5 cm conforme ABNT NBR-13434/2004.	64	UND		
27	Placa de sinalização de orientação e salvamento Fotoluminescente - Saída de emergência direita , em PVC - 07 x 20cm, conforme ABNT NBR-13434/2004.	80	UND		
28	Placa de sinalização de orientação e salvamento Fotoluminescente - Saída de emergência esquerda , em PVC - 07 x 20cm, conforme ABNT NBR-13434/2004.	80	UND		
29	Placa de sinalização de orientação e salvamento Fotoluminescente - Seta indicativa Rota de saída para direita , em PVC - 20 x 20 cm conforme ABNT NBR-13434/2004.	80	UND		
30	Placa de sinalização de orientação e salvamento Fotoluminescente - Seta indicativa Rota de saída para direita , em PVC - 20 x 20 cm conforme ABNT NBR-13434/2004.	80	UND		
31	Placa de sinalização de orientação e salvamento Fotoluminescente-Pavimento Térreo , em PVC - 20 x 20 cm conforme ABNT NBR-13434/2004.	20	UND		
32	Placa de sinalização de orientação e salvamento Fotoluminescente-Pavimento 1ºAndar , em PVC - 20 x 20 cm conforme ABNT NBR-13434/2004.	20	UND		
33	Placa de sinalização de orientação e salvamento Fotoluminescente-Pavimento 2ºAndar , em PVC - 20	20	UND		

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO**

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

	x 20 cm conforme ABNT NBR-13434/2004.				
34	Placa de sinalização de orientação e salvamento Fotoluminescente, Rota De Fuga Complementar Rampa De Acesso Descida direita , em PVC - 20 x 20 cm conforme ABNT NBR-13434/2004.	40	UND		
35	Placa de sinalização de orientação e salvamento Fotoluminescente Rota De Fuga Complementar Rampa De Acesso Descida Esquerda em PVC - 20 x 20 cm conforme ABNT NBR-13434/2004.	40	UND		

LOTE 11					
ITEM	MATERIAL	QNT.	UND.	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO	PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO
1	Placa de advertência em chapa ACM (Alumínio Composto), pintura Poliéster. Impressão UV. Com a inscrição, “PROIBIDO ESTACIONAR” com dimensões 50x35cm.	80	UND		
2	Placa de advertência em chapa ACM (Alumínio Composto), pintura Poliéster. Impressão UV. Com a inscrição, “PROIBIDO PARAR E ESTACIONAR” com dimensões 50x35cm.	80	UND		
3	Placa de advertência em chapa ACM (Alumínio Composto), pintura Poliéster. Impressão UV. Com a inscrição, “RESERVADO PARA DEFICIENTES E IDOSOS” com dimensões 50x35cm.	80	UND		
4	Placa de advertência em chapa ACM (Alumínio Composto), pintura Poliéster. Impressão UV. Com a inscrição, “PROIBIDO ESTACIONAR, ENTRADA E SAÍDA DE VEÍCULOS” com dimensões 50x35cm.	80	UND		
5	Placa de advertência em chapa ACM (Alumínio Composto), pintura Poliéster. Impressão UV. Com a inscrição, “PROIBIDO ESTACIONAR, RESERVADO	80	UND		

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO**

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

	PARA CARGA E DESGARGA com dimensões 50x35cm.				
6	Placa de advertência em chapa ACM (Alumínio Composto), pintura Poliéster. Impressão UV. Com a inscrição, “ATENÇÃO, PROIBIDO ACIONAR BUZINA OU SINAL SONORO” com dimensões 50x35cm.	80	UND		
7	Placa de advertência em chapa ACM (Alumínio Composto), pintura Poliéster. Impressão UV. Com a inscrição, “PARE IDENTIFIQUE-SE” com dimensões 50x35cm.	80	UND		
8	Placa de advertência em chapa ACM (Alumínio Composto), pintura Poliéster. Impressão UV. Com a inscrição, “ESTACIONAMENTO PARA MOTOS” com dimensões 50x35cm.	80	UND		
9	Placa de advertência em chapa ACM (Alumínio Composto), pintura Poliéster. Impressão UV. Com a inscrição, “ESTACIONAMENTO EXCLUSIVO PARA VISITANTES” com dimensões 50x35cm.	80	UND		
10	Placa de advertência em chapa ACM (Alumínio Composto), pintura Poliéster. Impressão UV. Com a inscrição, “ESTACIONAMENTO EXCLUSIVO PARA FUNCIONARIO” com dimensões 50x35cm.	80	UND		
11	Placa de advertência em chapa ACM (Alumínio Composto), pintura Poliéster. Impressão UV. Com a inscrição, “ESTACIONAMENTO EXCLUSIVO PARA DIRETORIA” com dimensões 50x35cm.	80	UND		

LOTE 12					
ITEM	MATERIAL	QNT.	UND.	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO	PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO
1	Placa de advertência em PVC com a inscrição, “PERIGO ALTA VOLTAGEM” com dimensões 35x25cm.	40	UND		
2	Placa de advertência em PVC com a inscrição, “PERIGO	40	UND		



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

	ELETRICIDADE SOMENTE PESOAL AUTORIZADO com dimensões 35x25cm.				
3	Placa de advertência em PVC com a inscrição, “PERIGO INFLAMÁVEL” com dimensões 35x25cm.	40	UND		
4	Placa de advertência em PVC com a inscrição, “PERIGO LIQUIDO INFLAMÁVEL” com dimensões 35x25cm.	40	UND		
5	Placa de advertência em PVC com a inscrição, “PERIGO NÃO ENTRE SOMENTE PESSOAS AUTORIZADO” com dimensões 35x25cm.	40	UND		
6	Placa de advertência em PVC com a inscrição, “PERIGO NÃO FUME” com dimensões 35x25cm.	40	UND		
7	Placa de advertência em PVC com a inscrição, “PERIGO RISCO DE MORTE” com dimensões 35x25cm.	40	UND		
8	Placa de advertência em PVC com a inscrição, “PERIGO RISCO DE CHOQUE” com dimensões 35x25cm.	40	UND		
9	Placa de advertência em PVC com a inscrição, “PERIGO 110VOLTS” com dimensões 35x25cm.	40	UND		
10	Placa de advertência em PVC com a inscrição, “PERIGO 220VOLTS” com dimensões 35x25cm.	40	UND		
11	Placa de advertência em PVC com a inscrição, “PERIGO 380VOLTS” com dimensões 35x25cm.	40	UND		
12	Placa de advertência em PVC com a inscrição, “PERIGO ENTRADA PROIBIDA” com dimensões 35x25cm.	40	UND		
13	Placa de advertência em PVC com a inscrição, “PERIGO AFASTE-SE” com dimensões 35x25cm.	40	UND		
14	Placa de advertência em PVC com a inscrição, “PERIGO ÁREA DE PRODUTO INFLAMÁVEIS” com dimensões 35x25cm.	40	UND		
15	Placa de advertência em PVC com a inscrição, “PERIGO TETO BAIXO” com dimensões 35x25cm.	40	UND		



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

16	Placa de advertência em PVC com a inscrição, “ CUIDADO PROIBIDO TRÁFEGO DE PEDESTRE ” com dimensões 35x25cm.	40	UND		
17	Placa de advertência em PVC com a inscrição, “ ENTRADA E SAÍDA DE VEÍCULOS ” com dimensões 35x25cm.	40	UND		
18	Placa de advertência em PVC com a inscrição, “ CUIDADO HOMENS TRABALHANDO ” com dimensões 35x25cm.	40	UND		
19	Placa de advertência em PVC com a inscrição, “ CUIDADO LIXO INFECTANTE ” com dimensões 35x25cm.	40	UND		
20	Placa de advertência em PVC com a inscrição, “ CUIDADO NÃO ULTRAPASSE ” com dimensões 35x25cm.	40	UND		
21	Placa de advertência em PVC com a inscrição, “ CUIDADO PASSAGEM DE PEDESTRE ” com dimensões 35x25cm.	40	UND		
22	Placa de advertência em PVC com a inscrição, “ CUIDADO CENTRA DE GÁS ” com dimensões 35x25cm.	40	UND		
23	Placa de advertência em PVC com a inscrição, “ CUIDADO TÓXICO ” com dimensões 35x25cm.	40	UND		

LOTE 13

ITEM	MATERIAL	QNT.	UND.	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO	PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO
1	Conjunto Defender III; Conjunto de calça e casaco com dispositivo para resgate por arrasto. para combate a incêndio modelo Defender 3. Modelagem avançada, confeccionado com a camada externa em tecido Thermex RS, barreira de umidade em PU respirável e barreira térmica dupla em tecido de meta-aramida (MA) com feltro de fibras de aramida (FA). Modelo com forração removível, faixas	4	UND		

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO****Instalada em 16 de fevereiro de 1835****Comissão Permanente de Licitação – CPL**

	refletivas na cor amarela com prata, calças com suspensórios removíveis em "H", nos Tamanhos de P, M, G, GG, EG.				
2	Balaclava para Bombeiro em Thermex S - 2 camadas. Confeccionada com suedine de meta aramida Thermex S, possui abertura frontal para ajuste a máscara facial de proteção respiratória. Confeccionada com duas camadas de proteção na cabeça.	4	UND		
3	Luva para Bombeiro Job Fire, Luva para combate a incêndio, confeccionado em malha de para-aramida e meta-aramida, resistente a calor, corte e abrasão; ajuste ao punho com elástico e fixação através de tira com velcro. Dorso em malha antichama modacrílico de alto desempenho. Barreira de umidade com membrana micro porosa 100% impermeável, respirável e totalmente selada. Forração interna com malha antialérgica. Reforço externo na face palmar total, no dorso costurado em forma de "X" e dedeiras em couro. Tamanhos: P, M, G, GG, EG.	4	PAR		
4	Suspensório para calça de combate a incêndio. Modelo em "H". Aplicação: Na calça do conjunto Defender 3.	4	UND		
5	Bota para Bombeiro EN – Harvik, Bota para combate a incêndio fabricada em borracha natural vulcanizada, na cor preta com uma faixa amarela parte frontal do cano uma proteção de tibia com dimensões aproximadas de 110 x 80 mm e espessura de 4 mm, essa proteção é em borracha natural com textura. Tem gravada no cano de forma indelével a norma que atende e o instituto que a testou. é resistente	4	UND		

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO****Instalada em 16 de fevereiro de 1835****Comissão Permanente de Licitação – CPL**

	a choque elétrico trazendo gravado também o símbolo do teste de resistência 61527; - letra grega ômega.				
6	Capacete MSA-Gallet F1SF, na cor Amarela. Com: kit de conexão para máscara facial inteira e kit de conexão para lanterna, utilizado para combate a incêndios estruturais, assistências em estradas, operações de resgate e para todas as aplicações de uso pelos Bombeiros. Fornecendo proteção à cabeça contra calor, chama frio, eletricidade, água e objetos pesados ou pontiagudos. Casco produzido em termoplástico injetado, totalmente reforçado. Acabamento feito com uma camada brilhante de poliuretano. Possui uma crista longitudinal designada a auxiliar na absorção de choque. Apresenta viseira refletiva que protege a face e os olhos do usuário contra o calor radiante atendendo as Normas EN 443, EN 166, EN 14458, EN 170 e EN 171.	4	UND		
7	MÁSCARA DE PROTEÇÃO FACIAL com FILTRO P-2. Desenvolvida para utilização contra fumaças, bloqueando e reduzir inalação de fumo e partículas de cinzas e fogos, fabricados com tecido resistente a temperaturas de 1400°C com bolsa interna para colocação de filtro de partículas tipo P-2. Fabricada com múltiplas camadas de CarbonX tendo um Faixas refletoras incorporadas Certificação: NFPA Standard #1977	8	UND		
8	Bolsa para acondicionamento de capacete MSA Gallet. Confeccionada em tecido resistente na cor preto; Alça para transporte; 02 (dois) zíperes	4	UND		

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO****Instalada em 16 de fevereiro de 1835****Comissão Permanente de Licitação – CPL**

	grandes para abertura da bolsa; Forração interna em tecido maleável com espuma; Base externa emborrachada.				
9	Protetor de nuca para capacete MSA Gallet: Para proteger a região da nuca contra FLASH de calor, respingo químico, água quente, entre outros perigos. Esta proteção é aluminizada, com a prioridade de rebater o calor.	4	UND		
10	Armário externo para equipamento autônomo de respiração confeccionado em PRFV (Plástico Reforçado com Fibras de Vidro), com resina poliéster, na cor Amarela e cinza e com proteção contra raios UV's, com uma porta de abertura e visor em poliestireno cristal, perfil de borracha de acabamento e vedação, com suporte para cilindros de capacidade Universal; Medidas: 85 x 38 x 30 cm.	4	UND		
11	Mosquetão Alumínio D 28KN rosca USClimb CE UIAA Especificações Técnicas: Carga de ruptura: 28KN (6295Lbs). Ruptura com gatilho aberto: 8KN, Ruptura no sentido longitudinal: 10KN. Comprimento: 112mm, Largura: 72mm, Abertura do gatilho: 22mm, Certific. Internacional CE, EN12275, EN362 e UIAA.	12	UND		
12	Polia Oscilante 30KN Alumínio USClimb para Corda até 16mm. Características Técnicas: Carga de ruptura: 30KN. Peso: 246g; Material: Alumínio anodizado cor laranja. Certificação Internacional CE UIAA	12	UND		

LOTE 14					
ITEM	MATERIAL	QNT.	UND.	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO	PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO
1	APARELHO de RESPIRAÇÃO AUTÔNOMA com MALETA de	4	UND		



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

transporte. (compatível com operações de combate a incêndios urbanos) Peça Facial com Arreio: possuir no mínimo 05 (cinco) pontos de ajuste, sendo vetado o uso de rede. As 05 (cinco) fivelas de fixação confeccionadas em aço inoxidável, com tira em material tipo tecido, utilizada para descanso da peça, quando não em uso. Conjunto de suporte do cilindro: com fendas para transporte., arreios e cintos almofadados confeccionados em material resistentes a chama (pararamida), Cilindro de Respiração Autônoma - Composite (Fibra De Carbono), "300 Bar" - 6,8 Litros. Sem COSTURA- doto de manômetro com escala orientativa de 0 a 300bar, Válvula de demanda com mangueira - sistema de engate rápido devendo ser de pressão positiva, acionamento automaticamente ao primeiro ato de inalação do usuário. Botão de acionamento e interrupção de fluxo continua. Redutor de Pressão (1º Estágio) quando atingir aproximadamente 11bar, uma para o alarme sonoro e outra que será levada diretamente à válvula de pressão de demanda, contendo uma derivação para a saída do sistema carona. Manômetro de Trabalho: escala de 0 a 350BAR. Mostrador totalmente fluorescente, posicionado à altura do peito do usuário, dotado de proteção em material emborrachado resistente a impactos. Alarme: ajustado para acionada a partir de uma queda de pressão do cilindro à pressão de resposta de cerca de 55bar (tolerância de +/-5 bar).ESTOJO (Maleta) DE				
--	--	--	--	--

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO****Instalada em 16 de fevereiro de 1835****Comissão Permanente de Licitação – CPL**

	TRANSPORTE- Resistente, Armazenando adequadamente o equipamento podendo ser em polipropileno. Ficha Técnica e Manual em português.				
2	Polia dupla oscilante USClimb 36KN rolamentada. Polia com rolamentos internos, feito em alumínio. Sistema com placas oscilantes, com roldanas. Possui carga de ruptura de 36KN ; Peso: 448g. Material: Alumínio; Para corda de até 13mm;Medidas: 141mm x 83mm;Certificações Internacionais CE EN 12278 UIAA	12	UND		
3	Mosquetão aço oval 25KN trava rosca CE UIAA CSA USClimb. Material: Aço de alta resistência; Formato: Oval; Travamento de segurança: tipo rosca; Carga de ruptura: 25 KN; Ruptura aberto: 8KN; Ruptura lateral: 9KN; Peso: 165 gramas. Certificado e Aprovado: CE/EN, UIAA e CSA.	12	UND		
4	Fita de Ancoragem Sling com Proteção 160 cm Ultra Safe plana dupla em poliéster, alta tenacidade de 45 mm com anéis costurados em cada extremidade. Costuras feitas em cores contrastantes às da fita. Carga ruptura: 35kN, Dimensão Anéis: 10 cm	4	UND		
5	Blocante pino removível Block2 corda e fita USClimb CE Material: Alumínio; Utilização: em cordas de 08mm a 16mm. Largura máxima da fita: 30mm; Sistema: Pino Removível. Medidas: 98mm X 90mm; Peso: 374g; Certificação CE , Segundo normas EN567	12	UND		
6	Ascensor de Punho para mão direita ou esquerda. Para cordas de 8 a 12mm. Material: Alumínio. Peso: 250 gramas. Certificação CE e EN 567. Garantia de 6	12	UND		

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO****Instalada em 16 de fevereiro de 1835****Comissão Permanente de Licitação – CPL**

	meses contra defeito de fabricação				
7	Mosquetão em aço, modelo Rescue, carga de ruptura 65KN. Modelo trava rosca. Carga de ruptura: 65KN (14.612 Lbs) / Material: Aço; Peso: 278g; Formato: "D"; Trava: Roscada / Sistema: Keylock / Abertura: 32mm; Dimensões: 128mm X 71mm; Certificação Internacional: CE / UIAA	12	UND		
8	Blocante para uso ventral, corpo fabricado em duralumínio, com gatilho bloqueador fabricado em aço. Possui dois pontos para conexão de mosquetões sendo um ponto duplo na parte superior e outro ponto simples na parte inferior, aceita cordas de: 8 a 12 mm. Certificação: CE - EN 567 / UIAA	12	UND		
9	Placa de Ancoragem de aço inox 45 kN 3/5. Placa grande multiplicadora de ancoragens feita em aço inox de alta resistência e durabilidade. Proporciona o aumento de pontos de ancoragens em manobras técnicas ou resgates em espaços confinados • Resistência: 45 kN; Certificação: CE0248.	4	UND		
10	Descensor Stop Petzl auto blocante Sistema auto blocante para corda simples de 9mm a 12mm. Sistema seguro,. Sistema automático, onde se solto o equipamento, o sistema fica travado na corda. Corda simples de 9mm a 12mm, Peso: 326 gramas Material: Alumínio Certificação: UIAA/CE	4	UND		

LOTE 15					
ITEM	MATERIAL	QNT.	UND.	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO	PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO****Instalada em 16 de fevereiro de 1835****Comissão Permanente de Licitação – CPL**

1	Capa para kit Cipa / Indústria com Prancha em Polietileno contém: 1 Prancha longa em polietileno/ 1 Conjunto de 3 cintos/ 1 Jogo de tala aramada em E.V.A. com 4 tamanhos/ 1 Bandagem triangular tam: G/ 1 Colar cervical P, M, G/ 1 Manta térmica aluminizada / 4 Pares de luvas cirúrgicas estéreis/ 1 Tesoura ponta romba/ 2 Óculos de proteção/ 4 Ataduras de crepe 10 x 1,20 cm / 4 Ataduras de crepe 15 x 1,20 cm / 1 Fita Micropore 25 mm x 10 m / 2 Mascaras RCP descartável.	8	UND		
2	Cadeira de Rodas para a descida de escadas em emergências por pessoas com necessidades especiais. (Evac-Chair) COM ACESSÓRIOS: Características Técnicas: montagem rápida, pesando apenas 10 kg, transporta pessoas com até 135 kg, construída em duralumínio e revestida de PVC possuindo 2 cintos de segurança, que prendem firmemente o corpo e a cabeça da pessoa assistida, assento em pvc nylon, instruções de uso impressas nas costas do assento, facilitam a utilização. ACESSÓRIOS: (Suporte de parede, capa protetora e placa sinalizadora fotoluminescente).	8	UND		
3	Descensor Auto Blocante ID L. Especificações Técnicas:- Para cordas de 11,5 a 13mm; - Máx. 150 Kg / 200m; Certificação: CE e EN;	4	UND		
4	Kit Torres Trabalhos em Altura. Kit contendo: Cinto de Segurança 5 pontos cintura e pernas regulável MGC. Talabarte duplo "Y" em fita e absorvedor de energia mosquetão grande 55mm MGC. Trava quedas para cabo de aço de 8mm com mosquetão oval. Capacete Montana Classe A	4	UND		

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO****Instalada em 16 de fevereiro de 1835****Comissão Permanente de Licitação – CPL**

	modelo Focus. Talabarte regulável com proteção. Luva de vaqueta. Bolsa de Transporte com bolsos para a guarda de equipamentos.				
--	--	--	--	--	--

LOTE 16					
ITEM	MATERIAL	QNT.	UND.	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO	PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO
1	Corda estática 11mm GeoStatic Gleistein Ropes 39KN CE UIAA / ROLO 200 METROS CONTÍNUOS. Características: Construção: Kernmantle / Alma: Poliamida retorcida paralelamente, com fita de fabricação / Capa: de Poliamida32 / Thermostabilizado Características Técnicas: Alongamento: 2,8%; Massa da capa: 36,5%; Massa da alma: 63,5%. Encolhimento: -2.3%; Carga de ruptura linear: 39KN; Peso por metro: 77g, Certificação Internacional: CE / UIAA.	4	UND		
2	Luminária de Emergência de Acendimento Automático (O acendimento automático funciona quando conectada na corrente elétrica e a chave seletora de função na posição correta) com 48 LEDs, produzida em plástico e diverso componente eletrônico; Autonomia: de até 10 horas para suave e 7 horas para intenso, bateria de 6 Volts; Tipo: Parede; Intensidade luminosa: Brilho intenso: 59.040 mcd e Brilho suave: 44.304 mcd; Alimentação: bi volt com Bateria recarregável de 6 Volts; Garantia: 6 meses; Dimensões: Alt. 8 cm / Larg. 34 cm / Profund. 8 cm / Peso: 970 gm	240	UND		
3	Bateria para Luminária de Emergência de Acendimento Automático, - Aplicação: Iluminação de emergência. -	240	UND		



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

Tensão Nominal: 6V-Capacidade Nominal: 3,5h - 4.0 Ah				
---	--	--	--	--

* Lotes subdivididos em razão da Lei Estadual nº 10.403, de 29 de dezembro de 2015.

5.2. As quantidades dos produtos acima descritos são meramente estimativas de consumo para o período de 12 (doze) meses, não denotando obrigatoriedade da aquisição.

6. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

6.1. Para julgamento e classificação das propostas dos interessados, deverá ser utilizado o critério do MENOR PREÇO POR LOTE, devendo o preço proposto incluir todos os custos diretos e indiretos pertinentes, atendendo, ainda, os prazos para fornecimento, especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos neste Termo.

7. DA QUALIFICAÇÃO

7.1. Comprovação de que o licitante realizou, satisfatoriamente, objeto com características equivalentes às do presente Pregão, mediante apresentação de Atestado, Certidão, Declaração ou documento equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional competente.

7.1.1 Será admitida a comprovação de aptidão técnica através de Atestado, Certidão, Declaração ou documento equivalente, de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao licitado.

7.1.2. O Atestado de Capacidade Técnica do licitante poderá estar emitido em nome e com CNPJ da matriz e/ou da filial.

8. DA ESTIMATIVA DE CUSTOS

8.1 O valor estimado para execução do objeto será pesquisado pela Diretoria de Administração através do Núcleo de Compras conforme dispõe os artigos 4 a 6 da Resolução Administrativa nº 788/2011 da Mesa Diretora desta Assembleia.

9. DOS PRASOS E FORNECIMENTOS

9.1. O fornecimento dos serviços será efetuado de acordo com as necessidades da ALEMA. Deverão ser entregues no prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis a contar da data do recebimento da ordem de fornecimento.

9.1.1. Após emissão da ordem de fornecimento e da nota de empenho correspondentes, o fornecedor do contrato será notificado para a retirada destes documentos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação.

9.1.2. O Prazo de entrega do material poderá ser prorrogado nas hipóteses previstas no inciso do §1º artigo 57 Lei nº 8.666/93.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

9.2. O não cumprimento dos prazos estipulados sujeitará ao fornecedor vencedor às normas dos artigos 64 e 81 da Lei 8.666/93 e o pagamento de multa de 1% (um por cento) sobre o valor adjudicado.

9.3. Os fornecedores que tenham seus preços registrados obrigar-se-ão a cumprir todas as condições dispostas no Contrato, aplicando-o ao quantitativo solicitado na ordem emitida pela ALEMA.

9.4. Havendo recusa na aceitação da Ordem de Fornecimento esta deverá ser expressa e justificada pelo Fornecedor para fins de análise pela ALEMA. Caso justificativas sejam insubsistentes ou não sejam aceitas considerar-se-á o mesmo prazo da aceitação tácita, para todos os fins, inclusive aplicação das sanções previstas neste instrumento.

9.5. O material será recebido, provisoriamente, pelo Fiscal do Contrato, para efeito de posterior sua verificação e conformidade, e, definitivamente, após verificação da conformidade e consequente aceitação, ocorrendo no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, consoante dispõe a Lei nº 8.666/93. Ratificando que os mesmos deverão estar em embalagens adequadas à sua conservação.

9.6. O gestor do Contrato atestará o recebimento definitivo de acordo com o artigo 9º da Resolução Administrativa 788/2011.

9.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto do Contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa nem a ético-profissional pela sua perfeita execução.

9.8. A entrega dos objetos solicitados pela CONTRATANTE deverá ser efetuada no horário de expediente normal da ALEMA, acompanhada da nota fiscal ou nota fiscal/fatura e o Termo de Recebimento Definitivo no prazo estipulado neste Termo e nas quantidades requisitadas.

9.9. O aceite/aprovação do material pela ALEMA não exclui a responsabilidade civil do Fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do material ou disparidades com as especificações no Edital, verificadas posteriormente, garantindo-se à ALEMA as faculdades previstas no art.18 da Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

9.10. Em caso de recusa do material será o mesmo substituído pelo Contratado, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, da devolução, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe a Lei nº 8.666/93.

9.11. Caso a substituição do material recusado não ocorra no prazo determinado estará o Contratado incorrendo em atraso na entrega e sujeito à aplicação das sanções previstas na legislação.

9.12. O pagamento será efetuado após a entrega do material, mediante Ordem Bancária, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da apresentação da Nota Fiscal e do Termo de Recebimento Definitivo, devidamente atestados pelo Gestor do Contrato, juntamente com a documentação que comprova a regularidade fiscal da empresa junto as receitas Federal, Estadual, Municipal, CAEMA, CNDT, FGTS.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

9.13. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contratado a partir da sua reapresentação, devidamente regularizados.

9.14. Ocorrendo atraso no pagamento por culpa da ALEMA, o valor poderá ser atualizado monetariamente até a data de sua liquidação, observada a variação da SELIC, calculada taxa pro-rata dia.

10. DA GARANTIA

10.1. A garantia dos serviços objeto deste termo de referência consiste na obrigação por parte da empresa contratada, em cumprir todas as determinações previstas na Lei nº 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor.

11. DA GESTÃO

11.1 No ato da autorização da contratação, o presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão designará o gestor e seu substituto, mediante portaria ou outro documento, nos termos do artigo 20 da Resolução Administrativa nº 788/2011.

11.2 São obrigações do Gestor todas as atividades listadas no artigo 21 da Resolução Administrativa nº 788/2011.

12. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

12.1. Nomear um preposto, aceito pela ALEMA, para representá-la durante o período de vigência do Contrato;

12.2. Informar a CONTRATANTE a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na regularidade do ajuste;

12.3. Comunicar a CONTRATANTE a entrega dos materiais solicitados, no mínimo com 48(quarenta e oito) horas de antecedência;

12.4. Comunicar, por escrito, à CONTRATANTE, qualquer irregularidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessários;

12.5. Apresentar catálogos e/ou documentação técnica, dos itens de todos os lotes, para fins de verificação do fabricante, marca, modelo, referência e especificações.

12.6. Fornecer, quando for o caso, acompanhando dos bens, o manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

12.7. Efetuar a entrega dos bens solicitados em perfeitas condições, no prazo, horário e local estipulado neste Termo, atendendo as condições estabelecidas na sua Proposta, no Contrato, na



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

Ordem de Fornecimento e nas normas legais aplicadas à comercialização do material, obedecendo ao disposto no Código de Defesa do Consumidor;

12.8. Efetuar a troca dos materiais no prazo estabelecido, sem prejuízo das sanções previstas, caso seja detectado pela CONTRATANTE alguma falha no fornecimento, em desconformidade com o Contrato;

12.9. Atender a todos os prazos e condições estabelecidos para o fornecimento dos materiais solicitados, sob pena da aplicação das sanções previstas na legislação e neste Termo;

12.10. Comunicar à CONTRATANTE, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.11. Arcar com todas as despesas diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à CONTRATANTE;

12.12. Responder, integral e objetivamente, por perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa da CONTRATADA ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, bem como pela qualidade dos produtos fornecidos;

12.13. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990); O dever previsto neste item implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, em prazo estipulado o produto com avarias ou defeitos;

12.14. Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

12.15. Facilitar o pleno exercício das funções do gestor de contrato, atendendo às suas solicitações e fornecendo, a qualquer momento, todas as informações de interesse da CONTRATANTE, por ele julgadas necessárias, pertinentes ao objeto da contratação, sob pena de aplicação das sanções contratuais.

12.16. Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na respectiva licitação.

12.17. Observar, no que couber, o Código Civil Brasileiro, Normas Técnicas, as Leis e os regulamentos pertinentes;

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE - ALEMA



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

- 13.1. Efetuar o Registro de Preços do fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços nas condições estabelecidas no instrumento convocatório.
- 13.2. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados.
- 13.3. Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado na Ata, no Contrato ou outro instrumento jurídico equivalente.
- 13.4. Designar o Gestor do Contrato.
- 13.5. Emitir a Ordem de Fornecimento sempre que necessário à aquisição do produto registrado, obedecidas às quantidades registradas.
- 13.6. Efetuar o pagamento ao fornecedor, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos na Ata de Registro de Preços.
- 13.7. Promover, por intermédio do Gestor do Contrato, a fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto contratado.
- 13.8. Fiscalizar para que, a CONTRATADA, durante a vigência do contrato, se mantenha em compatibilidade com as obrigações assumidas, e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei Leis nos 8.666/93 e suas alterações, para comprovação sempre que necessário for, junto a Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão.
- 13.9. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições estabelecidas;

14. DA VISITA PRÉVIA

- 14.1. Os interessados, caso queiram, poderão comparecer à sede da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, mediante representante habilitado, em data e horário especificados no edital licitatório, para que possam retirar toda e qualquer dúvida concernente aos objetos descritos no item 5 posto que não sejam aceitas alegações posteriores quanto ao desconhecimento da situação existente e/ou dos matérias mencionados neste Termo.
- 14.2. A vistoria poderá ser agendada na Subdiretoria de Manutenção e Serviços, pelo telefone (98) 3269-3278. Até dois dias antes da data do pregão.
- 14.3. Localização - Edifício Sede da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão (ALEMA) – Palácio Manoel Bequimão, situado na Av. Jerônimo de Albuquerque s/n – Sítio Rangedor – Calhau, São Luís (MA).

15. DA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

- 15.1 O presente Termo de Referência foi elaborado pela Diretoria de Administração e assinado pelo Sr. Marcelo Lopes Carvalho, Bombeiro Civil; Pela Sra. Nilene Pereira Guimaraes,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

Assessora Jurídica da Diretoria de Administração; pelo Subdiretor de Manutenção e Serviços, Paulo Sérgio Duarte de Figueiredo; pelo Diretor de Administração, Vinicius Leitão Machado. Sendo posteriormente aprovado pela Diretoria Geral consoante dispõe a Resolução Administrativa nº 788/2011, da Mesa Diretora da Assembleia.

16. INFORMAÇÕES SOBRE O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

16.1. Os interessados poderão obter informações junto à Comissão Permanente de Licitação da ALEMA – CPL, Telefone (98) 3269-3737 e Fax (98) 3269-3445.

Nos termos da Resolução Administrativa nº 788/2011 submetemos o presente Termo de Referência à aprovação do Senhor Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Maranhão.

São Luís, 17 de Maio de 2016.

Marcelo Lopes Carvalho
Bombeiro Civil

Nilene Pereira Guimaraes
Assessora Jurídica da D.A

Marco Antônio de Oliveira Marques Pimentel
Cel. QOPM

Vinicius Leitão Machado
Diretor de Administração.

Vistos os autos, no uso de minhas atribuições, aprovo o presente Termo de Referência.

São Luís, ____ de _____ de 2016.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
Instalada em 16 de fevereiro de 1835
Comissão Permanente de Licitação – CPL

Carlos Alberto Martins de Sousa
Diretor Geral



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
Instalada em 16 de fevereiro de 1835
Comissão Permanente de Licitação – CPL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017-CPL/ALEMA
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4742/2015-ALEMA

ANEXO II

MODELO DE CARTA CREDENCIAL

À

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO – ALEMA

Palácio Manoel Beckman

Avenida Jerônimo de Albuquerque, s/nº, sala 115, Sítio Rangedor, Calhau, São Luís/MA

REF: PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017-CPL/ALEMA

Prezada Pregoeira,

A empresa _____, com endereço na _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº____, por seu representante legal infra-assinado, Sr./Srª _____, RG nº _____, CPF nº _____, vem credenciar o/a Sr./Srª _____, RG nº____, CPF nº _____, para, na qualidade de representante legal da empresa, participar da licitação instaurada pela **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO – ALEMA**, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2017-CPL/ALEMA**, cujo objeto trata _____, outorgando-lhe poderes para em nome da Empresa_____ participar da presente Licitação podendo para tanto requerer, concordar, ofertar lances, interpor e desistir de Recursos, assinar a Ata e demais atos decorrentes do procedimento, enfim praticar todos os demais atos inerentes ao certame licitatório.

Local, data e assinatura.

(nome da empresa e do seu representante legal, com a devida identificação)



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
Instalada em 16 de fevereiro de 1835
Comissão Permanente de Licitação – CPL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017-CPL/ALEMA
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2017-ALEMA

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO – ALEMA

Palácio Manoel Beckman

Avenida Jerônimo de Albuquerque, s/nº, sala 115, Sítio Rangedor, Calhau, São Luís/MA

REF: PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017-CPL/ALEMA

Prezada Pregoeira,

A empresa _____, com endereço na _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº____, por seu representante legal infra-assinado, Sr./Srª _____, RG nº _____, CPF nº _____, em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, subsidiariamente a Lei Federal 8.666/93, **DECLARA** sob as penalidades da Lei que em conformidade com o Edital, cumpre plenamente os requisitos para Habilitação no **PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017-ALEMA**, portanto, apto a participar do certame licitatório.

Local, data e assinatura.

(nome da empresa e do seu representante legal, com a devida identificação)



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Instalada em 16 de fevereiro de 1835
Comissão Permanente de Licitação – CPL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017-CPL/ALEMA
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2017-ALEMA

ANEXO IV

MODELO DE CARTA PROPOSTA

À

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO – ALEMA

Palácio Manoel Beckman

Avenida Jerônimo de Albuquerque, s/nº, sala 115, Sítio Rangedor, Calhau, São Luís/MA

REF: PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017-CPL/ALEMA

Prezada Pregoeira,

1. Pela presente, declaramos inteira submissão aos preceitos legais aplicados ao **Pregão Presencial nº 002/2017-CPL/ALEMA**, especialmente as Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/1993, assim como as Cláusulas constantes do Edital.

2. Propomos o valor total de R\$____ (____) para o Registro de Preços para fornecimento de_____, objetivando eventuais e futuras aquisições destinadas à Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão – ALEMA, objeto do Pregão Presencial nº 002/2017-CPL/ALEMA, obedecendo as especificações e condições definidas no **TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I** do Edital e da nossa Proposta, asseverando que:

a) cumprimos rigorosamente toda a legislação aplicável à execução do objeto a ser contratado;

b) assumimos o compromisso de bem e fielmente fornecer o objeto, nas condições estabelecidas, com execução do mesmo no prazo definido nesta Proposta;

c) declaramos que nos preços propostos estão incluídos todos os tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fretes, seguro, tarifas e despesas de qualquer natureza, conforme Planilhas de Preços, anexas a esta Proposta.

3. O prazo de validade desta Proposta é de ____ (____) a contar da data da sua entrega.

4. Comprometemos a entregar o objeto desta licitação no prazo máximo de ____ (____), a contar da data do recebimento da Ordem de Fornecimento.

5. Comprometemo-nos a substituir o objeto desta licitação, no caso de recusa, no prazo máximo de ____ (____), a contar da data da notificação.

6. O prazo de garantia/validade do produto é de no mínimo _____ (____)

7. O pagamento do valor devido à aquisição de produtos será efetuado em moeda corrente nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos mediante apresentação da Fatura/Nota Fiscal e do Termo de Recebimento Definitivos devidamente atestados pela ALEMA.

Dados da Empresa: Razão Social, CNPJ, Inscrição Estadual, Inscrição Municipal, Endereço, CEP. Cidade. Estado. Telefone, Fax, (se houver) Celular, (se houver). E-mail, Banco (nome e nº), Agência (nome e nº) Conta Corrente nº ____.

Local, data e assinatura.

(nome da empresa e do seu representante legal, com a devida identificação e qualificação)

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO**

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017-CPL/ALEMA
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2017-ALEMA****ANEXO V
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**

ORGÃO: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO – ALEMA				DATA DA APRESENTAÇÃO ____/____/____	
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017-CPL/ALEMA					
OBJETO DA LICITAÇÃO:					
EMPRESA PROPONENTE:					
OBJETO DA LICITAÇÃO:					
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP					
LOTE 01					
ITEM	MATERIAL	QNT.	UND.	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO	PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO
1	Abrigo metálico para hidrante e mangueira modelo interno, confeccionado em chapa de aço SAE 1010/1020, laminada a frio, com dimensões internas de 90x60x17cm, composta de visor de acrílico e inscrição incêndio, veneziana para ventilação, trinco embutido, suporte tipo meia lua / basculante, acabamento em esmalte vermelho.	20	UND	345,75	6.915,00
2	Abrigo para Mangueira modelo interno, com prateleira, fabricado em Fibra de Vidro, dimensões 90x60x18cm, composta de visor de vidro e inscrição incêndio, trinco sobreposto tipo puxador, suporte tipo meia lua, acabamento em epox vermelho.	12	UND	539,25	6.471,00
3	Abrigo para extintor tipo carreta de 30 kg em PRFV (Plástico Reforçado com Fibras de Vidro). Pigmentado na fabricação com gel coat aditivado contra raios UV's Na cor Vermelha Munsel 5R4/14; com abas p/fixação no solo; Aberto na frente e na base, lavável, de fácil conservação, nas medidas: A= 150 x L= 75 x P= 90 cm.	4	UND	542,25	2.169,00

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO****Instalada em 16 de fevereiro de 1835****Comissão Permanente de Licitação – CPL**

4	Machado militar (bombeiro). Estrutura em aço SAE 1050, dureza de 45 a 52 HRC, forjado em peça única, sem soldas ou emendas, temperado e revenido, processos que eliminam trincas e imperfeições na lâmina, Largura da cabeça: 33cm, Comprimento total: 91cm, Peso: 3,6kg – espessura da cabeça: 4,5 cm cabo anatômico em madeira especial e envernizada.	4	UND	194,25	777,00
5	Halligan com Cabo em Fibrã; Ferramenta para arrombamento tipo com cabo em fibra na cor preta. Dotada nas extremidades de arrombadores padrão SWAT/Police, produzidos em aço inoxidável. “Comprimento do cabo: 30” (76 cm).	4	UND	1.418,25	5.673,00
6	Armário para Machado Militar (bombeiro). Confeccionado em chapa de aço com Pintura Eletrostática vermelha e Vidro Frontal com chave e suporte na Porta. Dimensões: 53 cm larg. x 15 cm prof. x 1,0mt alt.	4	UND	182,75	731,00
VALOR TOTAL DO LOTE 01					R\$ 22.736,00

LOTE 02					
ITEM	MATERIAL	QNT.	UND.	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO	PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO
1	Tampa para hidrante de RECALQUE, com inscrição INCÊNDIO- fabricado em ferro fundido com 60x40 cm, utilizado em conjunto para recalque em calçadas.	4	UND	160,75	643,00
2	Válvula angular globo em ângulo de 45° tipo predial diâmetro 2.1/2” entrada rosca fêmea 11 fios BSP e saída macho 05 fios (padrão Corpo de Bombeiros) confeccionados em latão de alta resistência conforme norma NBR-6314 liga 86.400 da ABNT, pressão de trabalho de 100 PSI, acabamento escovado, volante em Alumínio Fundido fixado furo quadrado fixado com porca.	40	UND	158,00	6.320,00

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO****Instalada em 16 de fevereiro de 1835****Comissão Permanente de Licitação – CPL**

3	Volante para registro globo em ângulo de 45° tipo predial diâmetro 2.1/2" (padrão Corpo de Bombeiros) em Alumínio Fundido, furo quadrado para fixado com porca.	40	UND	34,75	1.390,00
4	Volante para registro globo em ângulo de 45° tipo predial diâmetro 2.1/2" (padrão Corpo de Bombeiros) em Alumínio Fundido, furo redondo, fixado com pino trava.	40	UND	31,00	1.240,00
5	Adaptador Storz de 2.1/2"(Registro globo) para engate rápido 1.1/2" (Mangueira de incêndio), fabricado em latão.	40	UND	85,75	3.430,00
6	Adaptador Storz de 2.1/2" (Registro globo) para engate rápido 2.1/2" (Mangueira de incêndio), fabricado em latão.	40	UND	66,25	2.650,00
7	Tampão com corrente e adaptação Storz, em latão de 2.1/2". utilizado para proteção da saída do hidrante.	40	UND	100,25	4.010,00
8	Tampão com corrente e adaptação Storz, em latão de 1.1/2". utilizado para proteção da saída do hidrante.	40	UND	68,75	2.750,00
9	Chaves para conexões de engate rápido storz dupla 1.1/2" x 2.1/2" confeccionada em latão de alta resistência.	40	UND	18,10	724,00
10	Redução Fixa Storz para mangueiras de incêndio para reduzir o diâmetro da mangueira e seus acessórios de 2.1/2" para 1.1/2", com guarnição em borracha SBR 70 ,corpo em bronze.	40	UND	42,00	1.680,00
VALOR TOTAL DO LOTE 02					R\$ 24.837,00

LOTE 03					
ITEM	MATERIAL	QNT.	UND.	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO	PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO
1	Mangueira de incêndio tipo 2, revestida externamente com reforço têxtil confeccionado 100% em fio poliéster de alta tenacidade e internamente com tubo de borracha sintética; dotada de união tipo engate rápido (storz) conforme NBR 14349, de 1.1/2",	20	UND	370,00	7.400,00

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO****Instalada em 16 de fevereiro de 1835****Comissão Permanente de Licitação – CPL**

	comprimento 15m,com resistência a ruptura, abrasão e deterioração por bolor e fungos. Em conformidade com a ABNT – NBR 11861.				
2	Mangueira de incêndio tipo 2,na cor branca, revestida externamente com reforço têxtil confeccionado 100% em fio poliéster de alta tenacidade e internamente com tubo de borracha sintética na cor preta; dotada de união tipo engate rápido (storz) conforme NBR 14349, de 2.1/2", comprimento 15m,com resistência a ruptura, abrasão e deterioração por bolor e fungos. Em conformidade com a norma ABNT – NBR 11861.	20	UND	699,50	13.990,00
3	Mangueira de incêndio tipo 2, a cor branca, revestida externamente com reforço têxtil confeccionado 100% em fio poliéster de alta tenacidade e internamente com tubo de borracha sintética na cor preta; dotada de união tipo engate rápido (storz) conforme NBR 14349, de 2.1/2", comprimento 30m,com resistência a ruptura, abrasão e deterioração por bolor e fungos. Em conformidade com a norma ABNT – NBR 11861.	20	UND	924,25	18.485,00
4	Derivante com diâmetro de entrada de 2 ½", engate tipo "Storz"; e três saídas de diâmetro de 1 ½", com engate rápido tipo "Storz"; dotado de válvulas esféricas de fechamento rápido de ¼ de volta. Fabricado em bronze, acabamento polido.	4	UND	846,25	3.385,00
5	ESGUICHO DE VAZÃO REGULÁVEL TIPO PISTOLA PARA LINHAS DE 1 ½",Com corpo usinado em liga de alumínio (DURAL), punho injetado em plástico tendo acabamento ergonômico apropriado a comportar uma mão fechada com luva, com acomodação para os dedos, ângulo de inclinação de aproximadamente 30°, anel de controle revestido de borracha em	4	UND	2.162,00	8.648,00

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO****Instalada em 16 de fevereiro de 1835****Comissão Permanente de Licitação – CPL**

	liga de alumínio, alavanca de vazão em peça de plástico maleável e inquebrável, conexão com padrão STORZ de 1 e ½ polegadas permanentemente giratória; 280mm de comprimento, 225mm de altura e 100mm de largura (união Storz); COBERTO POR GARANTIA DE 5 ANOS, sendo gravado no corpo o número de série de fabricação, permitido rastreamento e controle da garantia.				
VALOR TOTAL DO LOTE 03					R\$ 51.908,00

LOTE 04					
ITEM	MATERIAL	QNT.	UND.	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO	PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO
1	Esguichos reguláveis, para utilização em canhões monitores portátil GPM-190, para lançamento de água ou espuma, sem aspiração de ar, com proporcionador incorporado, que permite a dosagem de 3% ou 6%, para trabalho com vazão constante, em jato sólido ou neblina, com baixa perda de carga e pressão de operação; Fabricados em alumínio anodizado Pressão de serviço 7 kgf/cm².	4	UND	3.599,25	14.397,00
2	Canhão monitor portátil GMP-190, projetado para ataque rápido ao foco de incêndio, com uma entrada engate rápido Storz Ø 2.½". Vazão de até 1.900 LPM (500 GPM) para água ou espuma. Fabricado em alumínio anodizado, movimento horizontal de 20° a direita e 20° a esquerda, elevação vertical de 30° abaixo da horizontal e 60° acima da horizontal. Conexão roscada para o esguicho 2.1/2" NH. Pés dobráveis com pontas em aço ferramenta; Alavanca de abertura e fechamento com trava de segurança, que permite o transporte com jato de água bloqueado, prevenindo acidentes	4	UND	7.894,50	31.578,00

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO****Instalada em 16 de fevereiro de 1835****Comissão Permanente de Licitação – CPL**

	se reposicionado com as linhas de mangueiras abertas.				
VALOR TOTAL DO LOTE 04					R\$ 45.975,00

LOTE 05					
ITEM	MATERIAL	QNT.	UND.	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO	PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO
1	“Chave de fixação para instalação de sprinklers de 1/2”, ao mesmo tempo, que garante a integridade dos bicos.	8	UND	36,75	294,00
2	Sprinkler de 1/2, Cromado 79°C - Pendente (Pendent), rosca externa. Em conformidade com as normas de instalação da ABNT NBR 13792:- Certificação BRTUV (avaliação da qualidade), Pressão de Funcionamento Máxima 12,0 kgf / cm ² , Coeficiente de Descarga 80,0 L/min. + - 5 % para chuveiro de 1/2" ou 15mm, (Norma ABNT NBR 6125) com Corpo Latão,- Obturador Latão,- Elemento sensível (Ampola) Vidro,- Parafuso de Compressão Aço Inoxidável,- Defletor Latão, com CANOPLA.	40	UND	36,50	1.460,00
3	Sprinkler de 1/2, Cromado 68°C - Lateral (Sidewall), rosca externa. Em conformidade com as normas de instalação da ABNT NBR 13792:- Certificação BRTUV (avaliação da qualidade), Pressão de Funcionamento Máxima 12,0 kgf / cm ² , Coeficiente de Descarga 80,0 L/min. + - 5 % para chuveiro de 1/2" ou 15 mm, (Norma ABNT NBR 6125) com Corpo Latão, - Obturador Latão, - Elemento sensível (Ampola) Vidro, - Parafuso de Compressão Aço	60	UND	40,45	2.427,00

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO****Instalada em 16 de fevereiro de 1835****Comissão Permanente de Licitação – CPL**

	Inoxidável, - Defletor Latão, com CANOPLA.				
4	Sprinkler de ½, Cromado 68°C - Pendente (Pendent), rosca externa. Em conformidade com as normas de instalação da ABNT NBR 13792:- Certificação BRTUV (avaliação da qualidade), Pressão de Funcionamento Máxima 12,0 kgf / cm², Coeficiente de Descarga 80,0 L/min. + - 5 % para chuveiro de 1/2" ou 15mm, (Norma ABNT NBR 6125) com Corpo Latão,- Obturador Latão,- Elemento sensível (Ampola) Vidro,- Parafuso de Compressão Aço Inoxidável,- Defletor Latão, com CANOPLA.	400	UND	36,75	14.700,00
5	Spray para testes de funcionamento de detectores ópticos de Fumaça. Não condutor de eletricidade, não corrosivo e não deixa resíduo. Com capacidade de até 300 testes (Teste a seco) em detectores de fumaça.	4	UND	127,50	510,00
6	Aparelho extintor portátil de incêndio com carga Pó Químico seco (PQS/ABC) para as classes ABC, conforme ABNT NBR 15808:2010; Capacidade 08 kg, certificado do INMETRO, carga completa, com GARANTIA DE 5 ANOS .	40	UND	284,50	11.380,00
7	Extintor Sobre Rodas de Pó Químico Seco (PQS) - Classe ABC com carga de Pó a base de monofosfato de amônia siliconado, utilizado no combate a incêndio de Sólidos ou líquidos inflamáveis e equipamentos elétricos. Capacidade nominal: 30 kg, carga completa Capacidade extintora: 6A 80BC, certificado pela ABNT norma NBR 10721 e pelo INMETRO.	4	UND	3.275,50	13.102,00

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO****Instalada em 16 de fevereiro de 1835****Comissão Permanente de Licitação – CPL**

8	Abafador Para Combate Ao Fogo de incêndio rasteiro, composto de um cabo preso em uma de suas extremidades a um retângulo de borracha (resistente a fogo), permeado de furos, 01 suporte de ferro, 01 flap de borracha- 40cm x 30cm x 04mm, cabo de madeiro- 1,50m x 30mm de diâmetro.	8	UND	106,75	854,00
9	Ferramenta Florestal TORGA: para Abertura de Faixas, Rescaldo em Incêndios Florestais e Fogo Controlado. Ficha Técnica: Dimensões: 335 x 150 x 4 mm, Lâmina: Em aço de elevada resistência, Corte: Laser, Cabo: Ergonômico de madeira envernizada, Encaixe do cabo: Alumínio maquinado	4	UND	152,75	611,00
10	Mochila Ecofire Flexível Anti-incêndio. Tanque de PVC 19L, com aditivo anti-chamas e desenho inédito para facilitar o abastecimento com duas alças, Correias reguláveis com ombreiras acolchoadas, engate rápido metálico com válvula, mangueira de alta resistência com molas de reforço nas extremidades, bomba de latão com manopla dupla e bico regulável com capa plástica, quebra-ondas interno para maior conforto e estabilidade.	8	UND	1.312,50	10.500,00
VALOR TOTAL DO LOTE 05					R\$ 55.838,00

LOTE 06					
ITEM	MATERIAL	QNT.	UND.	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO	PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO
1	Suporte de parede em metal galvanizado modelo em “L”, para extintores com carga de Gás Carbônico (CO ₂), de 6kg.	80	UND	4,03	322,40

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO****Instalada em 16 de fevereiro de 1835****Comissão Permanente de Licitação – CPL**

2	Suporte de parede em metal galvanizado modelo em “L”, para extintores com carga d’água pressurizada - 10L- (AP 10L).	80	UND	4,03	322,40
3	Suporte de piso para extintores com carga de Gás Carbônico (CO ₂), de 6 kg com haste para placa de sinalização.	48	UND	87,50	4.200,00
4	Suporte de piso para extintores com carga d’água pressurizada - 10L- (AP 10L), com haste para placa de sinalização.	48	UND	131,50	6.312,00
5	Suporte móvel modelo carrocinha para extintores de carga de Gás Carbônico (CO ₂), de 6 kg, com rodas e alça de transporte.	48	UND	216,50	10.392,00
6	Suporte móvel modelo carrocinha para extintores de carga d’água pressurizada - 10L- (AP 10L), com rodas e alça de transporte.	48	UND	217,25	10.428,00
VALOR TOTAL DO LOTE 06					R\$ 31.976,80

LOTE 07					
ITEM	MATERIAL	QNT.	UND.	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO	PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO
1	Fita Antiderrapante Fotoluminescente Ilumina no escuro (na ausência de luz), Comprimento 20m x Largura 50 mm, Indicado onde houver perigo de escorregamento.	60	UND	302,75	18.165,00
2	Fita adesiva dupla face espumada p/ fixação de placas internas e externas capacidade de suporte até 2 kg – 24mm x 1,50m. 3M ou similar.	24	UND	31,75	762,00
3	Fita adesiva de sinalização p/ marcação de piso em PVC, resistente à umidade, ácidos, óleos e solventes – 30m x 5cm, espessura mínima=0,155, cor vermelha.	80	UND	20,45	1.636,00

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO**

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

4	Fita adesiva de sinalização p/ marcação de piso em PVC, resistente à umidade, ácidos, óleos e solventes – 30m x 5cm, espessura mínima=0,155, cor amarela .	80	UND	20,45	1.636,00
5	Fita para Piso Antiderrapante , com ótima resistência à água, Utilizada na prevenção de acidentes em escadas, rampas, áreas escorregadias..., Composição: PVC revestido em grãos de oxido, adesivo acrílico. Cores: Preta, Amarela, azul, Transparente, Cinza Zebrada (Amarela e Preta) Medida: 48mm X 30m	60	UND	132,00	7.920,00
6	Tapete para extintor fabricado em vinil sintético 1m². Possuindo base vermelho e 4 bordas laterais amarelo, com 10,00 mm de espessura, 100% PVC, para uso interno e externo, lavável, de alta durabilidade, , não propaga chamas. Sendo para substituição de pinturas ou adesivamentos feitas para demarcar hidrantes e extintores de acordo com IT 20 do Corpo de Bombeiros.	80	UND	151,00	12.080,00
VALOR TOTAL DO LOTE 07					R\$ 42.199,00

LOTE 08					
ITEM	MATERIAL	QNT.	UND.	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO	PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO
1	Corrente em PVC polietileno , tamanho “G” com elos: 63 x 34 x 9 mm, na cor amarelo/ preto. Utilizada para demarcação de espaço, isolamento ou sinalização de áreas.	200	MTS	7,08	1.416,00
2	Barreira móvel com, 4 metros de comprimento, 16 painéis articulados, 2 rodinhas de 12,7cm que não marcam o piso, 4 correias elásticas para armazenar a barreira fechada, Alta visibilidade. Pode ser utilizada em curva, linha reta, ou em círculo. Para uso em interiores,	4	UND	4.574,50	18.298,00



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

	Medidas: 60,0 x 33,0 x 101,6 cm. Peso 14,5Kg, Medidas: 101,6 X 60,0 X 33,0 cm.				
3	Cavelete Interligável (plástico) , desmontável, fabricado em polietileno, de baixa densidade, com proteção contra raios UV, resistente a intempéries (sol e chuva), com 1,03m de altura x 1,5m ou 2m de comprimento x 90cm de largura. Com possibilidade para interligação, entre um cavelete e outro. Possuindo 2 vigas de 2m/comp. x 17cm/larg., com refletivo adesivo de alta visibilidade, e rebaixo para proteção das mesmas, dos dois lados da peça, nas cores laranja com refletivo branco, tendo nas laterais orifício para encaixe de Pisca de advertência externo (sinalizador noturno) e com enchimento de areia, peso total, até 27 kg. Utilização em interdição de áreas e sinalização de emergência.	8	UND	435,25	3.482,00
4	Cone Sinalizador: tipo Barril com Base Quadrada: 580 x 585 mm, Formato Cilíndrico: Diâmetro: 395mm, Altura: 1,170m, corpo em PEAD (Polietileno de Alta Densidade), virgem de rotomoldagem, sem emendas, com grande resistência às intempéries, Cor: Laranja com Faixas Refletivas.	8	UND	297,75	2.382,00
5	Tachões de Sinalização Rodoviária , para divisão do fluxo, balizamento e interferências na pista. Corpo em resina plástica de alta resistência mecânica e cargas minerais fillerizantes; dois pinos incorporados ao corpo do tachão; dois refletivos (bidirecional) Em acrílico prismático na cor amarela, Dimensões: 250 x 150 x 50 mm	500	UND	32,75	16.375,00
6	Galão de cola de 1 kg , para fixação de tachão, fabricada em resina acrílica de poliéster com adição de cargas minerais, com	80	UND	38,75	3.100,00

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO**

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

	catalisador para fixação das peças ao solo.				
VALOR TOTAL DO LOTE 08					R\$ 45.053,00

LOTE 09					
ITEM	MATERIAL	QNT.	UND.	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO	PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO
1	Cone Refletivo Pesado flexível com Tinta refletiva totalmente aderente, ante risco, proteção contra raios solares, na cor laranja, faixas refletivas na cor prata, com 75 cm de altura e peso mínimo de 3,5kg, possuindo secções para inserção de elementos de isolamento de áreas como: fendas para fitas zebradas, pinos para correntes, orifícios para cordas, orifício central para placa pronta e Sinalizador Novel e bandeirolas, De acordo Norma ABNT 15071, podendo ser utilizados em locais externos sem que ocorra alteração de cores ou desgaste do material.	400	UND	170,75	68.300,00
2	Adesivo estrutural à base de resina epóxi, de média viscosidade (fluido), bi componente e de pega normal, para ancoragens em geral e colagens de concreto velho com concreto novo e chapas metálicas ao concreto. Embora possua consistência fluida, não é autonivelante, Embalagem - lata 1 kg. Tipo Sikadur 32, similar ou de melhor qualidade.	80	UND	141,75	11.340,00
VALOR TOTAL DO LOTE 09					R\$ 79.640,00

LOTE 10					
ITEM	MATERIAL	QNT.	UND.	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO	PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO
1	Adesivo plástico para caixa de abrigo de mangueiras com a inscrição "INCÊNDIO" com dimensões de 30cm x 8cm, conforme ABNT NBR-13434/2004.	200	UND	4,53	906,00
2	Placa de sinalização fotoluminescente em PVC,	64	UND	19,88	1.272,32



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

	indicativa de posição de extintor de água pressurizada, classes A cores padrão, com dimensões 30x20cm, conforme ABNT NBR-13434/2004.				
3	Placa de sinalização fotoluminescente em PVC, indicativa de posição de extintor de CO2, classes B,C , cores padrão, com dimensões 30x20cm, conforme ABNT NBR-13434/2004.	64	UND	19,88	1.272,32
4	Placa de sinalização fotoluminescente em PVC, indicativa de posição de extintor de Pó Químico Seco, classes B,C , cores padrão, com dimensões 30x20cm, conforme ABNT NBR-13434/2004.	64	UND	19,88	1.272,32
5	Placa de sinalização fotoluminescente em PVC, indicativa de posição de extintor de Pó Químico Seco, classes A,B,C , cores padrão, com dimensões 30x20cm, conforme ABNT NBR-13434/2004.	64	UND	19,88	1.272,32
6	Placa de sinalização fotoluminescente em PVC, indicativa de posição de Hidrante/Água cores padrão, com dimensões 30x20cm, conforme ABNT NBR-13434/2004.	64	UND	19,88	1.272,32
7	Placa de sinalização “Mangueira de Incêndio”, Fotoluminescente em PVC, dimensões 20x20cm, conforme ABNT NBR-13434/2004.	64	UND	21,89	1.400,96
8	Placa indicativa do Local de Instalação dos Alarmes, Fotoluminescente em PVC, dimensões 10x20cm, conforme ABNT NBR-13434/2004.	64	UND	9,73	622,72
9	Placa indicativa do Ponto de sonorizador do Alarme de Incêndio, Fotoluminescente em PVC, dimensões 10x20cm, conforme ABNT NBR-13434/2004.	64	UND	9,63	616,32
10	Placa Fotoluminescente , seta indicativa a “Esquerda” de localização dos equipamentos de combate a incêndio, em PVC - 20 x 20 cm conforme ABNT NBR-13434/2004.	64	UND	23,64	1.512,96

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO****Instalada em 16 de fevereiro de 1835****Comissão Permanente de Licitação – CPL**

11	Placa Fotoluminescente , seta indicativa a “Direita” de localização dos equipamentos de combate a incêndio, em PVC - 20 x 20 cm conforme ABNT NBR-13434/2004.	64	UND	23,64	1.512,96
12	Placa de sinalização de “ Hidrante ”, Fotoluminescente em PVC, dimensões 20x20cm, conforme ABNT NBR-13434/2004.	64	UND	23,64	1.512,96
13	Placa de sinalização de “ Mangueira de incêndio ”, Fotoluminescente em PVC, dimensões 20x20cm, conforme ABNT NBR-13434/2004.	64	UND	23,64	1.512,96
14	Placa de sinalização de “ Elevador para pessoas com deficiências ”, Fotoluminescente em PVC, dimensões 20x20cm, conforme ABNT NBR-13434/2004.	40	UND	23,64	945,60
15	Placa de sinalização de “ Reservado para pessoas com deficiências ”, Fotoluminescente em PVC, dimensões 20x20cm, conforme ABNT NBR-13434/2004.	40	UND	23,64	945,60
16	Placa de sinalização Fotoluminescente em PVC, Com pictograma e o texto “ Em caso de incêndio não use elevador, use escadas ” com dimensões 30x25cm, conforme ABNT NBR-13434/2004.	40	UND	20,13	805,20
17	Placa de sinalização de orientação e salvamento Fotoluminescente , indicação: “ saída de emergência à esquerda com rampa para deficientes ”, em: PVC, Fundo: Verde, Tamanho: 14 x 26,5 cm conforme ABNT NBR-13434/2004.	64	UND	23,48	1.502,72
18	Placa de sinalização de orientação e salvamento Fotoluminescente , indicação: “ saída de emergência à direita com rampa para deficientes ”, em: PVC, Fundo: Verde, Tamanho: 14 x 26,5 cm conforme ABNT NBR-13434/2004.	64	UND	23,48	1.502,72
19	Adesivo plástico de sinalização de orientação e salvamento Fotoluminescente , indicação: “ saída de emergência à esquerda com rampa para deficientes ”, em: PVC, Fundo:	64	UND	13,45	860,80



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

	Verde, dimensões 20x7cm, conforme ABNT NBR-13434/2004.				
20	Adesivo plástico de sinalização de orientação e salvamento Fotoluminescente , indicação: "saída" de emergência à direita com rampa para deficientes , em: PVC, Fundo: Verde, dimensões 20x7cm, conforme ABNT NBR-13434/2004.	64	UND	13,45	860,80
21	Placa de sinalização de orientação e salvamento Fotoluminescente - Saída de emergência a direita , em PVC - 14 x 26,5 cm conforme ABNT NBR-13434/2004.	64	UND	23,48	1.502,72
22	Placa de sinalização de orientação e salvamento Fotoluminescente - Saída de emergência a esquerda , em PVC - 14 x 26,5 cm conforme ABNT NBR-13434/2004.	64	UND	23,48	1.502,72
23	Placa de sinalização de orientação e salvamento Fotoluminescente - Saída de emergência a frente , em PVC - 14 x 26,5 cm conforme ABNT NBR-13434/2004.	64	UND	23,48	1.502,72
24	Placa de sinalização de orientação e salvamento Fotoluminescente - Saída de emergência a baixo , em PVC - 14 x 26,5 cm conforme ABNT NBR-13434/2004.	64	UND	23,48	1.502,72
25	Placa de sinalização de orientação e salvamento Fotoluminescente - Escada de emergência para baixo à direita , em PVC - 14 x 26,5 cm conforme ABNT NBR-13434/2004.	64	UND	23,48	1.502,72
26	Placa de sinalização de orientação e salvamento Fotoluminescente - Escada de emergência para baixo à esquerda , em PVC - 14 x 26,5 cm conforme ABNT NBR-13434/2004.	64	UND	23,48	1.502,72
27	Placa de sinalização de orientação e salvamento Fotoluminescente - Saída de emergência direita , em PVC - 07 x 20cm, conforme ABNT NBR-13434/2004.	80	UND	13,45	1.076,00

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO**

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

28	Placa de sinalização de orientação e salvamento Fotoluminescente - Saída de emergência esquerda , em PVC - 07 x 20cm, conforme ABNT NBR-13434/2004.	80	UND	15,56	1.244,80
29	Placa de sinalização de orientação e salvamento Fotoluminescente – Seta indicativa Rota de saída para direita , em PVC - 20 x 20 cm conforme ABNT NBR-13434/2004.	80	UND	23,89	1.911,20
30	Placa de sinalização de orientação e salvamento Fotoluminescente – Seta indicativa Rota de saída para direita , em PVC - 20 x 20 cm conforme ABNT NBR-13434/2004.	80	UND	23,89	1.911,20
31	Placa de sinalização de orientação e salvamento Fotoluminescente-Pavimento Térreo , em PVC - 20 x 20 cm conforme ABNT NBR-13434/2004.	20	UND	23,89	477,80
32	Placa de sinalização de orientação e salvamento Fotoluminescente-Pavimento 1ºAndar , em PVC - 20 x 20 cm conforme ABNT NBR-13434/2004.	20	UND	23,89	477,80
33	Placa de sinalização de orientação e salvamento Fotoluminescente-Pavimento 2ºAndar , em PVC - 20 x 20 cm conforme ABNT NBR-13434/2004.	20	UND	23,89	477,80
34	Placa de sinalização de orientação e salvamento Fotoluminescente, Rota De Fuga Complementar Rampa De Acesso Descida direita , em PVC - 20 x 20 cm conforme ABNT NBR-13434/2004.	40	UND	23,89	955,60
35	Placa de sinalização de orientação e salvamento Fotoluminescente Rota De Fuga Complementar Rampa De Acesso Descida Esquerd em PVC - 20 x 20 cm conforme ABNT NBR-13434/2004.	40	UND	23,89	955,60
VALOR TOTAL DO LOTE 10					R\$ 41.887,00

LOTE 11

ITEM	MATERIAL	QNT.	UND.	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO	PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO
1	Placa de advertência em chapa ACM (Alumínio Composto) , pintura	80	UND	47,63	3.810,40



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

	Poliéster. Impressão UV. Com a inscrição, “PROIBIDO ESTACIONAR” com dimensões 50x35cm.				
2	Placa de advertência em chapa ACM (Alumínio Composto), pintura Poliéster. Impressão UV. Com a inscrição, “PROIBIDO PARAR E ESTACIONAR” com dimensões 50x35cm.	80	UND	47,63	3.810,40
3	Placa de advertência em chapa ACM (Alumínio Composto), pintura Poliéster. Impressão UV. Com a inscrição, “RESERVADO PARA DEFICIENTES E IDOSOS” com dimensões 50x35cm.	80	UND	47,63	3.810,40
4	Placa de advertência em chapa ACM (Alumínio Composto), pintura Poliéster. Impressão UV. Com a inscrição, “PROIBIDO ESTACIONAR, ENTRADA E SAÍDA DE VEICULOS” com dimensões 50x35cm.	80	UND	47,63	3.810,40
5	Placa de advertência em chapa ACM (Alumínio Composto), pintura Poliéster. Impressão UV. Com a inscrição, “PROIBIDO ESTACIONAR, RESERVADO PARA CARGA E DESGARGA” com dimensões 50x35cm.	80	UND	47,63	3.810,40
6	Placa de advertência em chapa ACM (Alumínio Composto), pintura Poliéster. Impressão UV. Com a inscrição, “ATENÇÃO, PROIBIDO ACIONAR BUZINA OU SINAL SONORO” com dimensões 50x35cm.	80	UND	47,63	3.810,40
7	Placa de advertência em chapa ACM (Alumínio Composto), pintura Poliéster. Impressão UV. Com a inscrição, “PARE IDENTIFIQUE-SE” com dimensões 50x35cm.	80	UND	47,63	3.810,40
8	Placa de advertência em chapa ACM (Alumínio Composto), pintura Poliéster. Impressão UV. Com a inscrição, “ESTACIONAMENTO PARA MOTOS” com dimensões 50x35cm.	80	UND	47,63	3.810,40
9	Placa de advertência em chapa ACM (Alumínio Composto), pintura Poliéster. Impressão UV. Com a	80	UND	47,63	3.810,40

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO**

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

	inscrição, “ ESTACIONAMENTO EXCLUSIVO PARA VISITANTES ” com dimensões 50x35cm.				
10	Placa de advertência em chapa ACM (Alumínio Composto), pintura Poliéster. Impressão UV. Com a inscrição, “ ESTACIONAMENTO EXCLUSIVO PARA FUNCIONARIO ” com dimensões 50x35cm.	80	UND	47,63	3.810,40
11	Placa de advertência em chapa ACM (Alumínio Composto), pintura Poliéster. Impressão UV. Com a inscrição, “ ESTACIONAMENTO EXCLUSIVO PARA DIRETORIA ” com dimensões 50x35cm.	80	UND	47,63	3.810,40
VALOR TOTAL DO LOTE 11					R\$ 41.914,40

LOTE 12					
ITEM	MATERIAL	QNT.	UND.	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO	PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO
1	Placa de advertência em PVC com a inscrição, “ PERIGO ALTA VOLTAGEM ” com dimensões 35x25cm.	40	UND	20,60	824,00
2	Placa de advertência em PVC com a inscrição, “ PERIGO ELETRICIDADE SOMENTE PESOAL AUTORIZADO ” com dimensões 35x25cm.	40	UND	20,60	824,00
3	Placa de advertência em PVC com a inscrição, “ PERIGO INFLAMÁVEL ” com dimensões 35x25cm.	40	UND	20,60	824,00
4	Placa de advertência em PVC com a inscrição, “ PERIGO LIQUIDO INFLAMÁVEL ” com dimensões 35x25cm.	40	UND	20,60	824,00
5	Placa de advertência em PVC com a inscrição, “ PERIGO NÃO ENTRE SOMENTE PESSOAS AUTORIZADO ” com dimensões 35x25cm.	40	UND	20,60	824,00
6	Placa de advertência em PVC com a inscrição, “ PERIGO NÃO FUME ” com dimensões 35x25cm.	40	UND	20,60	824,00
7	Placa de advertência em PVC com a inscrição, “ PERIGO RISCO DE ” com dimensões 35x25cm.	40	UND	20,60	824,00



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

	MORTE com dimensões 35x25cm.				
8	Placa de advertência em PVC com a inscrição, " PERIGO RISCO DE CHOQUE " com dimensões 35x25cm.	40	UND	20,60	824,00
9	Placa de advertência em PVC com a inscrição, " PERIGO 110VOLTS " com dimensões 35x25cm.	40	UND	20,60	824,00
10	Placa de advertência em PVC com a inscrição, " PERIGO 220VOLTS " com dimensões 35x25cm.	40	UND	20,60	824,00
11	Placa de advertência em PVC com a inscrição, " PERIGO 380VOLTS " com dimensões 35x25cm.	40	UND	20,60	824,00
12	Placa de advertência em PVC com a inscrição, " PERIGO ENTRADA PROIBIDA " com dimensões 35x25cm.	40	UND	20,60	824,00
13	Placa de advertência em PVC com a inscrição, " PERIGO AFASTE-SE " com dimensões 35x25cm.	40	UND	20,60	824,00
14	Placa de advertência em PVC com a inscrição, " PERIGO ÁREA DE PRODUTO INFLAMÁVEIS " com dimensões 35x25cm.	40	UND	20,60	824,00
15	Placa de advertência em PVC com a inscrição, " PERIGO TETO BAIXO " com dimensões 35x25cm.	40	UND	20,60	824,00
16	Placa de advertência em PVC com a inscrição, " CUIDADO PROIBIDO TRÁFEGO DE PEDESTRE " com dimensões 35x25cm.	40	UND	23,33	933,20
17	Placa de advertência em PVC com a inscrição, " ENTRADA E SAÍDA DE VEÍCULOS " com dimensões 35x25cm.	40	UND	23,33	933,20
18	Placa de advertência em PVC com a inscrição, " CUIDADO HOMENS TRABALHANDO " com dimensões 35x25cm.	40	UND	23,33	933,20
19	Placa de advertência em PVC com a inscrição, " CUIDADO LIXO INFECTANTE " com dimensões 35x25cm.	40	UND	36,25	1.450,00
20	Placa de advertência em PVC com a inscrição, " CUIDADO NÃO ULTRAPASSE " com dimensões 35x25cm.	40	UND	23,33	933,20

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO****Instalada em 16 de fevereiro de 1835****Comissão Permanente de Licitação – CPL**

21	Placa de advertência em PVC com a inscrição, “CUIDADO PASSAGEM DE PEDESTRE” com dimensões 35x25cm.	40	UND	23,33	933,20
22	Placa de advertência em PVC com a inscrição, “CUIDADO CENTRA DE GÁS” com dimensões 35x25cm.	40	UND	23,33	933,20
23	Placa de advertência em PVC com a inscrição, “CUIDADO TÓXICO” com dimensões 35x25cm.	40	UND	23,33	933,20
VALOR TOTAL DO LOTE 12					R\$ 20.342,40

LOTE 13					
ITEM	MATERIAL	QNT.	UND.	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO	PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO
1	Conjunto Defender III; Conjunto de calça e casaco com dispositivo para resgate por arrasto. para combate a incêndio modelo Defender 3. Modelagem avançada, confeccionado com a camada externa em tecido Thermex RS, barreira de umidade em PU respirável e barreira térmica dupla em tecido de meta-aramida (MA) com feltro de fibras de aramida (FA). Modelo com forração removível, faixas refletivas na cor amarela com prata, calças com suspensórios removíveis em "H", nos Tamanhos de P, M, G,GG,EG.	4	UND	8.563,75	34.255,00
2	Balaclava para Bombeiro em Thermex S - 2 camadas. Confeccionada com suedine de meta aramida Thermex S, possui abertura frontal para ajuste a máscara facial de proteção respiratória. Confeccionada com duas camadas de proteção na cabeça.	4	UND	224,25	897,00
3	Luva para Bombeiro Job Fire, Luva para combate a incêndio, confeccionado em malha de para-aramida e meta-aramida, resistente a calor, corte e	4	PAR	332,25	1.329,00



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

	abrasão; ajuste ao punho com elástico e fixação através de tira com velcro. Dorso em malha antichama modacrílico de alto desempenho. Barreira de umidade com membrana micro porosa 100% impermeável, respirável e totalmente selada. Forração interna com malha antialérgica. Reforço externo na face palmar total, no dorso costurado em forma de "X" e dedeiras em couro. Tamanhos: P,M, G, GG, EG.				
4	Suspensório para calça de combate a incêndio. Modelo em "H". Aplicação: Na calça do conjunto Defender 3.	4	UND	99,00	396,00
5	Bota para Bombeiro EN – Harvik, Bota para combate a incêndio fabricada em borracha natural vulcanizada, na cor preta com uma faixa amarela parte frontal do cano uma proteção de tibia com dimensões aproximadas de 110 x 80 mm e espessura de 4 mm, essa proteção é em borracha natural com textura. Tem gravada no cano de forma indelével a norma que atende e o instituto que a testou. é resistente a choque elétrico trazendo gravado também o símbolo do teste de resistência 61527; - letra grega ômega.	4	UND	619,50	2.478,00
6	Capacete MSA-Gallet F1SF, na cor Amarela. Com: kit de conexão para máscara facial inteira e kit de conexão para lanterna, utilizado para combate a incêndios estruturais, assistências em estradas, operações de resgate e para todas as aplicações de uso pelos Bombeiros. Fornecendo proteção à cabeça contra calor, chama frio, eletricidade, água e objetos pesados ou pontiagudos. Casco produzido em termoplástico injetado, totalmente	4	UND	2.240,25	8.961,00



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

	reforçado. Acabamento feito com uma camada brilhante de poliuretano. Possui uma crista longitudinal designada a auxiliar na absorção de choque. Apresenta viseira refletiva que protege a face e os olhos do usuário contra o calor radiante atendendo as Normas EN 443, EN 166, EN 14458, EN 170 e EN 171.				
7	MÁSCARA DE PROTEÇÃO FACIAL com FILTRO P-2. Desenvolvida para utilização contra fumaças, bloqueando e reduzir inalação de fumo e partículas de cinzas e fogos, fabricados com tecido resistente a temperaturas de 1400°C com bolsa interna para colocação de filtro de partículas tipo P-2. Fabricada com múltiplas camadas de CarbonX tendo um Faixas refletoras incorporadas Certificação: NFPA Standard #1977	8	UND	261,00	2.088,00
8	Bolsa para acondicionamento de capacete MSA Gallet: Confeccionada em tecido resistente na cor preto; Alça para transporte; 02 (dois) zíperes grandes para abertura da bolsa; Forração interna em tecido maleável com espuma; Base externa emborrachada.	4	UND	167,50	670,00
9	Protetor de nuca para capacete MSA Gallet: Para proteger a região da nuca contra FLASH de calor, respingo químico, água quente, entre outros perigos. Esta proteção é aluminizada, com a prioridade de rebater o calor.	4	UND	2.581,50	10.326,00
10	Armário externo para equipamento autônomo de respiração confeccionado em PRFV (Plástico Reforçado com Fibras de Vidro), com resina poliéster, na cor Amarela e cinza e com proteção contra raios UV's, com uma porta	4	UND	867,75	3.471,00

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO****Instalada em 16 de fevereiro de 1835****Comissão Permanente de Licitação – CPL**

	de abertura e visor em poliestireno cristal, perfil de borracha de acabamento e vedação, com suporte para cilindros de capacidade Universal; Medidas: 85 x 38 x 30 cm.				
11	Mosquetão Alumínio D 28KN rosca USClimb CE UIAA Especificações Técnicas: Carga de ruptura: 28KN (6295Lbs). Ruptura com gatilho aberto: 8KN, Ruptura no sentido longitudinal: 10KN. Comprimento: 112mm, Largura: 72mm, Abertura do gatilho: 22mm, Certific. Internacional CE, EN12275, EN362 e UIAA.	12	UND	96,75	1.161,00
12	Polia Oscilante 30KN Alumínio USClimb para Corda até 16mm. Características Técnicas: Carga de ruptura: 30KN. Peso: 246g; Material: Alumínio anodizado cor laranja. Certificação Internacional CE UIAA	12	UND	286,00	3.432,00
VALOR TOTAL DO LOTE 13					R\$ 69.464,00

LOTE 14					
ITEM	MATERIAL	QNT.	UND.	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO	PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO
1	APARELHO de RESPIRAÇÃO AUTÔNOMA com MALETA de transporte. (compatível com operações de combate a incêndios urbanos) Peça Facial com Arreio: possuir no mínimo 05 (cinco) pontos de ajuste, sendo vetado o uso de rede. As 05 (cinco) fivelas de fixação confeccionadas em aço inoxidável, com tira em material tipo tecido, utilizada para descanso da peça, quando não em uso. Conjunto de suporte do cilindro: com fendas para transporte., arreios e cintos almofadados confeccionados em material resistentes a chama (pararamida), Cilindro de	4	UND	13.254,00	53.016,00



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

	Respiração Autônoma - Composite (Fibra De Carbono), "300 Bar" - 6,8 Litros. Sem COSTURA- doto de manômetro com escala orientativa de 0 a 300bar, Válvula de demanda com mangueira - sistema de engate rápido devendo ser de pressão positiva, acionamento automaticamente ao primeiro ato de inalação do usuário. Botão de acionamento e interrupção de fluxo continua. Redutor de Pressão (1º Estágio) quando atingir aproximadamente 11bar, uma para o alarme sonoro e outra que será levada diretamente à válvula de pressão de demanda, contendo uma derivação para a saída do sistema carona. Manômetro de Trabalho: escala de 0 a 350BAR. Mostrador totalmente fluorescente, posicionado à altura do peito do usuário, dotado de proteção em material emborrachado resistente a impactos. Alarme: ajustado para acionada a partir de uma queda de pressão do cilindro à pressão de resposta de cerca de 55bar (tolerância de +/-5 bar).ESTOJO (Maleta) DE TRANSPORTE- Resistente, Armazenando adequadamente o equipamento podendo ser em polipropileno. Ficha Técnica e Manual em português.				
2	Polia dupla oscilante USClimb 36KN rolamentada. Polia com rolamentos internos, feito em alumínio. Sistema com placas oscilantes, com roldanas. Possui carga de ruptura de 36KN ; Peso: 448g. Material: Alumínio; Para corda de até 13mm;Medidas: 141mm x 83mm;Certificações Internacionais CE EN 12278 UIAA	12	UND	445,00	5.340,00

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO****Instalada em 16 de fevereiro de 1835****Comissão Permanente de Licitação – CPL**

3	Mosquetão aço oval 25KN trava rosca CE UIAA CSA USClimb. Material: Aço de alta resistência; Formato: Oval; Travamento de segurança: tipo rosca; Carga de ruptura: 25 KN; Ruptura aberto: 8KN; Ruptura lateral: 9KN; Peso: 165 gramas. Certificado e Aprovado: CE/EN, UIAA e CSA.	12	UND	44,75	537,00
4	Fita de Ancoragem Sling com Proteção 160 cm Ultra Safe plana dupla em poliéster, alta tenacidade de 45 mm com anéis costurados em cada extremidade. Costuras feitas em cores contrastantes às da fita. Carga ruptura: 35kN, Dimensão Anéis: 10 cm	4	UND	86,50	346,00
5	Blocante pino removível Block2 corda e fita USClimb CE Material: Alumínio; Utilização: em cordas de 08mm a 16mm. Largura máxima da fita: 30mm; Sistema: Pino Removível. Medidas: 98mm X 90mm; Peso: 374g; Certificação CE , Segundo normas EN567	12	UND	425,25	5.103,00
6	Ascensor de Punho para mão direita ou esquerda. Para cordas de 8 a 12mm. Material: Alumínio. Peso: 250 gramas. Certificação CE e EN 567. Garantia de 6 meses contra defeito de fabricação	12	UND	309,75	3.717,00
7	Mosquetão em aço, modelo Rescue, carga de ruptura 65KN. Modelo trava rosca. Carga de ruptura: 65KN (14.612 Lbs) / Material: Aço; Peso: 278g; Formato: "D"; Trava: Roscada / Sistema: Keylock / Abertura: 32mm; Dimensões: 128mm X 71mm; Certificação Internacional: CE / UIAA	12	UND	85,75	1.029,00
8	Blocante para uso ventral, corpo fabricado em duralumínio, com gatilho bloqueador fabricado em aço. Possui dois pontos para conexão de mosquetões sendo	12	UND	231,75	2.781,00

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO****Instalada em 16 de fevereiro de 1835****Comissão Permanente de Licitação – CPL**

	um ponto duplo na parte superior e outro ponto simples na parte inferior, aceita cordas de: 8 a 12 mm. Certificação: CE - EN 567 / UIAA				
9	Placa de Ancoragem de aço inox 45 kN 3/5. Placa grande multiplicadora de ancoragens feita em aço inox de alta resistência e durabilidade. Proporciona o aumento de pontos de ancoragens em manobras técnicas ou resgates em espaços confinados • Resistência: 45 kN; Certificação: CE0248.	4	UND	191,00	764,00
10	Descensor Stop Petzl auto bloqueante Sistema auto bloqueante para corda simples de 9mm a 12mm. Sistema seguro,. Sistema automático, onde se solto o equipamento, o sistema fica travado na corda. Corda simples de 9mm a 12mm, Peso: 326 gramas Material: Alumínio Certificação: UIAA/CE	4	UND	974,00	3.896,00
VALOR TOTAL DO LOTE 14					R\$ 76.529,00

LOTE 15					
ITEM	MATERIAL	QNT.	UND.	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO	PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO
1	Capa para kit Cipa / Indústria com Prancha em Polietileno contém: 1 Prancha longa em polietileno/ 1 Conjunto de 3 cintos/ 1 Jogo de tala aramada em E.V.A. com 4 tamanhos/ 1 Bandagem triangular tam: G/ 1 Colar cervical P, M, G/ 1 Manta térmica aluminizada / 4 Pares de luvas cirúrgicas estéreis/ 1 Tesoura ponta romba/ 2 Óculos de proteção/ 4 Ataduras de crepe 10 x 1,20 cm / 4 Ataduras de crepe 15 x 1,20 cm / 1 Fita Micropore 25 mm x 10 m / 2 Mascaras RCP descartável.	8	UND	818,25	6.546,00

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO****Instalada em 16 de fevereiro de 1835****Comissão Permanente de Licitação – CPL**

2	Cadeira de Rodas para a descida de escadas em emergências por pessoas com necessidades especiais. (Evac-Chair) COM ACESSÓRIOS: Características Técnicas: montagem rápida, pesando apenas 10 kg, transporta pessoas com até 135 kg, construída em duralumínio e revestida de PVC possuindo 2 cintos de segurança, que prendem firmemente o corpo e a cabeça da pessoa assistida, assento em pvc nylon, instruções de uso impressas nas costas do assento, facilitam a utilização. ACESSÓRIOS: (Suporte de parede, capa protetora e placa sinalizadora fotoluminescente).	8	UND	4.705,75	37.646,00
3	Descensor Auto Blocante ID L. Especificações Técnicas:- Para cordas de 11,5 a 13mm; - Máx. 150 Kg / 200m; Certificação: CE e EN;	4	UND	1.968,25	7.873,00
4	Kit Torres Trabalhos em Altura. Kit contendo: Cinto de Segurança 5 pontos cintura e pernas regulável MGC. Talabarte duplo "Y" em fita e absorvedor de energia mosquetão grande 55mm MGC. Trava quedas para cabo de aço de 8mm com mosquetão oval. Capacete Montana Classe A modelo Focus. Talabarte regulável com proteção. Luva de vaqueta. Bolsa de Transporte com bolsos para a guarda de equipamentos.	4	UND	1.952,00	7.808,00
VALOR TOTAL DO LOTE 15					R\$ 59.873,00

LOTE 16					
ITEM	MATERIAL	QNT.	UND.	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO	PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO
1	Corda estática 11mm GeoStatic Gleistein Ropes 39KN CE UIAA / ROLO 200 METROS CONTÍNUOS. Características:	4	UND	3.156,00	12.624,00



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

	Construção: Kernmantle / Alma: Poliamida retorcida paralelamente, com fita de fabricação / Capa: de Poliamida32 / Thermostabilizado Características Técnicas: Alongamento: 2,8%; Massa da capa: 36,5%; Massa da alma: 63,5%. Encolhimento: -2.3%; Carga de ruptura linear: 39KN; Peso por metro: 77g, Certificação Internacional: CE / UIAA.				
2	Luminária de Emergência de Acendimento Automático (O acendimento automático funciona quando conectada na corrente elétrica e a chave seletora de função na posição correta) com 48 LEDs, produzida em plástico e diverso componente eletrônico; Autonomia: de até 10 horas para suave e 7 horas para intenso, bateria de 6 Volts; Tipo: Parede; Intensidade luminosa: Brilho intenso: 59.040 mcd e Brilho suave: 44.304 mcd; Alimentação: bi volt com Bateria recarregável de 6 Volts; Garantia: 6 meses; Dimensões: Alt.8 cm /Larg.34cm /Profund.8 cm /Peso: 970 gm	240	UND	91,58	21.979,20
3	Bateria para Luminária de Emergência de Acendimento Automático, - Aplicação: Iluminação de emergência. - Tensão Nominal: 6V-Capacidade Nominal: 3,5h - 4.0 Ah	240	UND	142,60	34.224,00
VALOR TOTAL DO LOTE 16					R\$ 68.827,20

Local, data e assinatura
(nome da empresa e do seu representante legal, com a devida identificação e qualificação).



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
Instalada em 16 de fevereiro de 1835
Comissão Permanente de Licitação – CPL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017-CPL/ALEMA
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2017-ALEMA

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR

À

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO – ALEMA

Palácio Manoel Beckman

Avenida Jerônimo de Albuquerque, s/nº, sala 115, Sítio Rangedor, Calhau, São Luís/MA

REF: PREGÃO PRESENCIAL Nº 4742/2015-CPL/ALEMA

Prezada Pregoeira,

A empresa _____, com endereço na _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº____, por seu representante legal infra-assinado, Sr./Srª _____, RG nº _____, CPF nº _____, **DECLARA** que não emprega menores com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e qualquer empregado menor de 16 (dezesesseis) anos, para fins do disposto no art. 27, inciso V, Lei Federal nº 8.666/1993.

RESSALVA: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz	
--	--

Observação: Preencher a ressalva acima, caso empregue menor na condição de “menor aprendiz”.

Local, data e assinatura
(nome da empresa e do seu representante legal, com a devida identificação e qualificação).



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017-CPL/ALEMA
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2017-ALEMA**

ANEXO VII

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

**Ata de Registro de Preços nº ____/____/_____
Processo Administrativo nº 4742/2015-ALEMA
Pregão Presencial nº 002/2017-CPL/ALEMA**

A **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO**, sediada à Avenida Jerônimo de Albuquerque, s/nº, Palácio Manoel Beckman, Calhau, CEP nº 65.074-220, São Luís/MA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do Ministério da Fazenda sob o nº 05.294.848/0001-94, doravante denominada **ALEMA**, neste ato representada por seu Presidente, Deputado _____, RG nº _____ SSP/____, CPF nº _____, com a interveniência da Comissão Permanente de Licitação – CPL enquanto **ÓRGÃO GERENCIADOR**, **RESOLVE** registrar os preços dos produtos propostos pela(s) empresa(s) abaixo qualificada(s), doravante denominada **BENEFICIÁRIA DA ATA**, considerando a homologação do **Pregão Presencial nº ____/2016-CPL/ALEMA**, formalizado nos autos do **Processo Administrativo nº ____/2016-ALEMA**, com fundamento na Lei Federal nº 10.520/2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal nº 8.666/1993 e demais normas pertinentes à espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E PREÇOS REGISTRADOS

1.1. A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto aquisições de _____, visando contratações futuras e eventuais destinadas à **ALEMA**, nas especificações, quantidades e preços abaixo, obedecidas as condições definidas nesta Ata, no Edital e seus Anexos e na Proposta vencedora, parte integrante deste documento independente de transcrição.

EMPRESA BENEFICIÁRIA:					
CNPJ:			FONE/FAX:		
ENDEREÇO:					
REPRESENTANTE LEGAL:					
CPF Nº.					
RG Nº.					
DADOS BANCÁRIOS:					
Item	Descrição dos Produtos	Unid	Quant. Total	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
	VALOR TOTAL DO REGISTRO				R\$

1.2. CADASTRO DE RESERVA – Considerando a ordenação final das Propostas de Preços, as empresas abaixo relacionadas aceitaram cotar os bens com preços iguais ao da **BENEFICIÁRIA DA ATA**, em cumprimento ao art. 12, inciso VIII, do Decreto Estadual nº 31.553/2016: **SE HOUVER CADASTRO DE RESERVA.**



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

1º	EMPRESA: CNPJ: ENDEREÇO: REPRESENTANTE LEGAL: CPF Nº. RG Nº. DADOS BANCÁRIOS:	FONE/FAX:
2º	EMPRESA: CNPJ: ENDEREÇO: REPRESENTANTE LEGAL: CPF Nº. RG Nº. DADOS BANCÁRIOS:	FONE/FAX:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

2.1. A ALEMA e a BENEFICIÁRIA se vinculam plenamente à presente ATA e aos documentos adiante enumerados que integram o Processo Administrativo nº ____/2016-ALEMA e que são partes integrantes deste instrumento, independente de transcrição:

- Termo de Referência;
- Edital do Pregão Presencial nº ____/2016-CPL/ALEMA;
- Proposta de Preços da BENEFICIÁRIA e demais documentos apresentados no procedimento da licitação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

3.1. A presente ATA e as eventuais Ordens de Fornecimento reger-se-ão pelas seguintes normas:

- Constituição Federal de 1988;
- Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e, subsidiariamente, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como suas alterações posteriores;
- Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014, com o tratamento diferenciado previsto na Lei Estadual nº 9.529, de 23 de dezembro de 2011, e regulamentado pela Lei Estadual nº 10.403, de 29 de dezembro de 2015;
- Decreto Federal nº 3.555, de 08 de agosto de 2000;
- Decreto Estadual nº 31.553, de 16 de março de 2016;
- Resolução Administrativa nº 481, de 09 de maio de 2006;
- Resolução Administrativa nº 1.271, de 30 de novembro de 2007, e alterações;
- Resolução Administrativa nº 788, de 16 de agosto de 2011;
- Edital do Pregão Presencial nº ____/2016-CPL/ALEMA e seus anexos;
- demais normas regulamentares aplicáveis à matéria;
- subsidiariamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, em especial a Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

3.2. Na interpretação, integração, aplicação ou em casos de divergência entre as disposições desta ATA e as disposições dos documentos que a integram, deverá prevalecer o conteúdo de suas cláusulas.

3.3. Os casos omissos serão decididos pela ALEMA, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/1993 e demais normas pertinentes às licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, em especial a Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA AS FUTURAS CONTRATAÇÕES

4.1. A BENEFICIÁRIA desta ATA obrigará-se a cumprir todas as condições dispostas nesta ATA,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

assumindo a partir da sua assinatura o compromisso de atender as aquisições solicitadas pela ALEMA, ficando ainda sujeita às penalidades cabíveis pelo descumprimento de qualquer de suas Cláusulas.

4.2. A Ata de Registro de Preços não obriga a ALEMA a firmar as contratações que dela poderão advir, ficando-lhe facultada a realização de licitação específica para a aquisição dos materiais pretendidos, hipótese em que ficará assegurado à BENEFICIÁRIA a preferência na contratação, desde que a sua Proposta atenda às mesmas condições da licitante vencedora, consoante dispõe o art. 3º, § 2º e § 4º, do Decreto Estadual nº 31.553/2016.

4.3. As contratações com a BENEFICIÁRIA da presente ATA serão formalizadas pela ALEMA por meio de Ordem de Fornecimento, em substituição ao instrumento de contrato, aplicando-se a hipótese prevista no art. 62, § 4º, da Lei Federal nº 8.666/1993 c/c art. 13, § 1º, da Resolução nº 788/2011-ALEMA.

CLÁUSULA QUINTA – DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. O prazo de validade desta ATA será de 12 (doze) meses contados de sua publicação, vedada sua prorrogação, conforme dispõe o artigo 15, § 3º, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993 c/c art. 13 do Decreto Estadual nº 31.553/2016.

CLÁUSULA SEXTA –DOS PROCESSOS DE COMPRAS

6.1. Quando da necessidade de contratação deverá ser formalizado processo específico com a indicação dos produtos que se pretende adquirir, observadas as normas internas pertinentes à instrução dos autos, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, o disposto no art. 25 do Decreto Estadual nº 31.553/2016.

6.2. Os processos de compras deverão ser encaminhados para consulta prévia da Comissão Permanente de Licitação – CPL a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados.

6.3. Após pronunciamento jurídico da Procuradoria Geral e análise e manifestação da Auditoria Geral, em interpretação extensiva do disposto no art. 12, § 2º, da Resolução Administrativa nº 788/2011, informada a disponibilidade de dotação orçamentária, a contratação poderá ser autorizada pelo Presidente da ALEMA que determinará a emissão da Nota de Empenho da Despesa e posterior Ordem de Fornecimento.

6.4. A BENEFICIÁRIA da ATA será convocada pelo Gestor do Contrato para retirar a Nota de Empenho da Despesa e assinar a Ordem de Fornecimento, observado o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

6.4.1. O prazo para a assinatura da Ordem de Fornecimento estabelecido no item anterior poderá ser prorrogado por igual período quando solicitado pela BENEFICIÁRIA durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela ALEMA.

6.5. É facultado à ALEMA, quando a Beneficiária não comparecer, não apresentar todos os documentos de regularidade exigidos, recusar-se a retirar a Nota de Empenho da Despesa e a assinar a Ordem de Fornecimento ou tiver seu registro cancelado, convocar licitante do CADASTRO DE RESERVA, observada a ordem de classificação, uma na falta da outra, para fornecer o material que se pretende adquirir, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela Beneficiária, ou revogar este Pregão, independentemente da aplicação das sanções previstas neste Edital.

6.5.1. É facultado à Pregoeira reabrir o certame com a convocação das licitantes remanescentes, quando não houver opção decorrente do CADASTRO DE RESERVA.

6.5.2. Na sessão de reabertura do Pregão, a Pregoeira deverá negociar diretamente com a proponente, obedecida a ordem crescente de preços das propostas remanescentes, para que seja obtido preço melhor.

6.5.3. A recusa em retirar a Nota de Empenho e assinar a Ordem de Fornecimento, sem motivo justificado e aceito pela ALEMA, observado o prazo estabelecido no item anterior, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida e implicará na aplicação das sanções previstas na Cláusula Dezenove, item 19.1, desta Ata.

6.6. Para a assinatura da Ordem de Fornecimento, a BENEFICIÁRIA deverá ser representada por sócio que tenha poderes de administração ou por procurador com poderes específicos apresentando no ato



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

cópia do instrumento comprobatório.

6.7. A BENEFICIÁRIA se obriga a manter, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

6.8. No ato da assinatura da Ordem de Fornecimento, a BENEFICIÁRIA deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) todos os documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista exigidos no **item 8.1.2** do Edital;
- b) Certidão Negativa de Débito com a CAEMA (Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão), conforme Decreto estadual nº 21.178, de 26 de abril de 2005;
- c) Certificado de Regularidade expedido pela Superintendência Regional do Ministério do Trabalho no Maranhão, consoante a Lei Estadual nº 9.752, de 10 de janeiro de 2013.

6.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de Preços, conforme estabelecido no art. 13, §1º, do Decreto Estadual nº 31.553/2016.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA CONSULTA AO CEI

7.1. Antes da emissão da Nota de Empenho, enquanto condição para celebrar a contratação, a ALEMA procederá consulta prévia ao Cadastro Estadual de Inadimplentes – CEI para a verificação da situação do Beneficiário em relação às obrigações pecuniárias vencidas e não pagas, consoante determina o art. 5º da Lei Estadual nº 6.690, de 11 de julho de 1996.

7.2. Caso exista registro de débito no CEI, a BENEFICIÁRIA estará impossibilitada de contratar com a ALEMA, ressalvadas as hipóteses estabelecidas no art. 7º, § 2º, da Lei Estadual nº 6.690/1996.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DAS ORDENS DE FORNECIMENTO

8.1. O prazo de vigência de cada Ordem de Fornecimento é de 30 (trinta) dias, contado data de sua emissão.

8.1.2. A Ordem de Fornecimento decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a teor do disposto no art. 13, §4º, do Decreto Estadual nº 31.553/2016.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE ENTREGA

9.1. O prazo para entrega do objeto será de até _____, contado a partir do recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento.

9.1.1. O prazo de entrega poderá ser excepcionalmente prorrogado, desde que demonstrado o interesse público e a critério da ALEMA, observado o disposto no art. 57, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

9.1.2. Caso ocorra uma das hipóteses previstas no art. 57, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/1993, a extensão do prazo de entrega do objeto deverá ser solicitado e justificado pela BENEFICIÁRIA, quando Contratada, ainda na vigência do ajuste, para análise e aceite pela ALEMA.

9.1.3. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que notificados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e aceitos pela ALEMA, não serão considerados como inadimplemento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO DE VALIDADE

10.1. Os produtos deverão ser fornecidos com os seguintes prazos de validade: _____.

CLÁUSULA ONZE – DO LOCAL DE ENTREGA

11.1. A entrega do produto deverá ser efetuada no Núcleo de Almoxarifado da ALEMA, localizado no Palácio Manoel Beckman, Avenida Jerônimo de Albuquerque, s/nº, Calhau, São Luís/MA, em dia e horário de expediente normal.

11.2. É de inteira responsabilidade da BENEFICIÁRIA, quando Contratada, o descarregamento dos materiais no momento da entrega na ALEMA, em local determinado pelo Núcleo de Almoxarifado.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

CLÁUSULA DOZE – DO FORNECIMENTO DO OBJETO

12.1. Os materiais serão fornecidos gradativamente, de acordo com a necessidade demandada pela ALEMA ficando a BENEFICIÁRIA obrigada durante a vigência da ATA a atender aos pedidos formulados em conformidade com os quantitativos estimados e preços registrados.

12.2. A BENEFICIÁRIA, quando CONTRATADA deverá, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, comunicar à ALEMA a entrega dos produtos, podendo para tanto, contatar com o Chefe do Núcleo de Almoxarifado, na sede da Assembleia ou por meio dos telefones: (98) 3269-3411 e 3269-3407.

12.3. O produto adquirido deverá ser entregue em embalagens habituais de venda, adequadas à sua conservação, sem nenhum tipo de violação, onde conste a identificação do conteúdo, da quantidade, da validade do fabricante correspondente.

12.4. Não serão aceitos materiais que apresentem avarias de qualquer natureza, vícios de qualidade ou quantidade decorrentes de fabricação ou de transporte inadequado.

12.5. Não serão aceitos materiais diferentes das especificações estabelecidas no Termo de Referência e na Proposta de Preços da BENEFICIÁRIA.

CLÁUSULA TREZE– DO RECEBIMENTO DO OBJETO

13.1. O recebimento dos materiais será efetuado pelo Gestor do Contrato, especialmente designado por Portaria, conforme estabelece a Resolução Administrativa nº 788/2011, observando os seguintes procedimentos:

I. Recebimento Provisório: Os materiais serão recebidos provisoriamente, quando da respectiva entrega, mediante recibo, para efeito de posterior verificação quanto à quantidade, qualidade e conformidade do produto com as especificações constantes no Termo de Referência, na Proposta de Preços da BENEFICIÁRIA e na respectiva Ordem de Fornecimento, bem como atendimento das obrigações estipuladas nesta Ata de Registro de Preços;

II. Recebimento Definitivo: Os materiais serão recebidos definitivamente após a verificação pelo Gestor do Contrato quanto à quantidade, qualidade e conformidade do produto, bem como o cumprimento do prazo de entrega, mediante Ateste, que deverá ser expedido no prazo de até _____, contado da data do recibo que formalizar o Recebimento Provisório.

13.2. O recebimento provisório transfere para a ALEMA a responsabilidade civil pela guarda do bem e autoriza a utilização dos produtos.

13.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto do Contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução e dar-se-á se satisfeitas às seguintes condições:

- a) o produto for entregue devidamente acondicionado e identificado;
- b) o produto for entregue nas quantidades e especificações corretas, de acordo com as condições estabelecidas no Edital, seus Anexos e nesta Ata de Registro de Preços.

13.4. O aceite/aprovação do produto pela ALEMA não exclui a responsabilidade civil do Contratado por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidades com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas, posteriormente, garantindo-se à ALEMA as faculdades previstas no art.18 da Lei Federal nº 8.078/90 – *Código de Defesa do Consumidor*.

CLÁUSULA CATORZE – DA SUBSTITUIÇÃO DO OBJETO

14.1. A BENEFICIÁRIA, então Contratada, deverá substituir, no todo ou em parte, às suas expensas, os produtos:

- a) reprovados no recebimento provisório, vez que objeto fornecido em desacordo com as condições estabelecidas nesta Ata;
- b) entregues fora do prazo de validade;
- c) que apresentem, vício redibitório que os torne impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam, dentro do prazo de validade.

14.2. Em caso de recusa do produto será lavrado o Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela Contratada no prazo de até _____,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

contado a partir do recebimento da Notificação. Caso este prazo não seja observado, será considerada inexecução contratual.

14.3. Caso a substituição do produto recusado não ocorra no prazo determinado estará o Contratado incorrendo em atraso na entrega e sujeito à aplicação das sanções previstas na legislação.

14.4. A Contratada deverá arcar com todos os custos decorrentes da substituição, inclusive as despesas decorrentes da remoção e do transporte.

CLÁUSULA QUINZE – DO PRAZO DE GARANTIA

15.1. O prazo de garantia dos produtos é de no mínimo _____, iniciando a contagem da data de assinatura do ateste que formalizar o recebimento definitivo, conforme art. 26, inciso I, da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

15.2. A empresa ficará desobrigada nos casos excepcionais em que ficar comprovado e devidamente atestado pela ALEMA que a impropriedade no produto fornecido decorreu de armazenamento inadequado e/ou danos motivados por causas das quais a BENEFICIÁRIA não seja direta ou indiretamente responsável.

CLÁUSULA DEZESSEIS – DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado pela ALEMA no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos após a assinatura do ateste que formalizar o recebimento definitivo, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA, mediante a apresentação de nota fiscal/fatura, acompanhada dos seguintes documentos:

- a) cópia da respectiva Ordem de Fornecimento;
- b) cópia da Nota de Empenho;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Federal e com a Seguridade Social (INSS), mediante Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a qual se refira às contribuições previdenciárias e as de terceiros;
 - c.1) A prova de regularidade com a Previdência Social do Contribuinte Individual – será efetuada mediante a apresentação da Declaração de Regularidade de Situação do Contribuinte Individual – DRS-CI, expedida exclusivamente pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, conforme Portaria Conjunta RFB/PGNF nº 1.751/2014.
- d) Certidão Negativa de Débitos Fiscais junto à Fazenda Estadual;
- e) Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa, junto à Fazenda Estadual;
- f) Certidão Negativa de Débitos Fiscais junto à Fazenda Municipal;
- g) Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa, junto à Fazenda Municipal;
- h) Certificado de Regularidade do FGTS;
- i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- j) Certidão Negativa de Débito junto à Companhia de Águas e Esgotos do Estado do Maranhão – CAEMA, consoante determina o Decreto nº 15.394/97.

16.2. A nota fiscal/fatura será conferida e atestada pelo Gestor responsável pelo recebimento dos produtos, que também deverá conferir toda a documentação constante no item 16.1.

16.3. O pagamento será creditado em nome do Contratado, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas nesta Ata.

16.4. No caso de processamento do pagamento através de depósito bancário deverão ser fornecidos os seguintes dados: a) banco: nome e código; b) agência: nome e código e c) número da conta corrente (completo).

16.5. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

16.6. A ALEMA se reserva ao direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, o objeto não estiver de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

16.7. A ALEMA poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela BENEFICIÁRIA.

16.8. Nenhum pagamento será efetuado à BENEFICIÁRIA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, pelo descumprimento das obrigações contratuais, sem que isso gere direito ao reajustamento do preço ou à atualização monetária.

16.9. Caso o pagamento seja efetuado em data além do prazo estabelecido e desde que não tenha sido ocasionado direta ou indiretamente pela BENEFICIÁRIA e este tenha cumprido integralmente as obrigações contratuais, a ALEMA fica sujeita ao pagamento do valor devido atualizado, até a data de sua liquidação, observada a variação da SELIC, calculada taxa *pro-rata* dia.

CLÁUSULA DEZESSETE – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1. Dentre outras atribuições decorrentes desta Ata de Registro de Preços, a BENEFICIÁRIA, quando Contratada, deverá se obrigar a:

- a) fornecer os produtos **no prazo de** _____, contados a partir do recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento, conforme especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência e em sua Proposta de Preços, observadas as respectivas quantidades, qualidade e preços;
- b) entregar os produtos no Núcleo de Almoxarifado da ALEMA, localizado no Palácio Manoel Beckman, Avenida Jerônimo de Albuquerque, s/nº, Calhau, São Luís/MA, em dia e horário de expediente normal, conforme item 14 do Termo de Referência;
- c) substituir os materiais reprovados no recebimento provisório, ou entregues fora do prazo de validade, ou que apresentem vício redibitório que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam, dentro do prazo de validade, observado o prazo de até _____, contados a partir do recebimento da respectiva Notificação;
- d) observar o prazo de garantia mínimo de _____, contados a partir da assinatura do ateste que formalizar o recebimento definitivo;
- e) responsabilizar-se solidariamente com os fornecedores dos materiais de consumo (fabricante, produtor ou importador) pelos vícios de qualidade e/ou quantidade que os torne irreversíveis, impróprios ou inadequados à utilização a que se destinam;
- f) não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da licitação;
- g) identificar seu pessoal nos atendimentos de entrega dos produtos;
- h) designar preposto e apresentar relação com endereços físico e eletrônico (e-mail), telefones, fac-símiles, nomes dos responsáveis, para fins de contato para os chamados de entrega;
- i) comunicar imediatamente qualquer alteração no seu estatuto social, razão social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefone, fax e outros dados que forem importantes;
- j) responsabilizar-se pela qualidade dos produtos fornecidos, sob pena de responder pelos danos causados à Administração ou a terceiros;
- k) arcar com as despesas de embalagem, frete, despesas com transporte, carga e descarga, encargos, tributos, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias e quaisquer outras despesas decorrentes do fornecimento;
- l) respeitar e fazer com que seu pessoal respeite as normas de segurança da ALEMA;
- m) respeitar e fazer com que seu pessoal respeite as normas de segurança, higiene e medicina do trabalho;
- n) responder pela supervisão, direção técnica e administrativa e mão-de-obra necessárias à execução do fornecimento, como única e exclusiva empregadora;
- o) responsabilizar-se por quaisquer acidentes sofridos pelos empregados, quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem;
- p) responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando do fornecimento dos produtos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela ALEMA;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

- q) manter, durante a validade desta Ata de Registro de Preços, enquanto condição para futuras e eventuais contratações, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- r) Fornecer na oportunidade da contratação do material documentação necessária que comprove a regularidade com a Seguridade Social (INSS) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, Fazendas Federal e Estadual, devidamente atualizados, consoante dispõe a Resolução Administrativa nº. 788/2011-GP.
- s) Aceitar nas mesmas condições originais da Contratação os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias ao fornecimento do material consoante dispõe a Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993.
- t) Apresentar catálogos e/ou documentação técnica, dos itens de todos os lotes, para fins de verificação do fabricante, marca, modelo, referência e especificações.

CLÁUSULA DEZOITO – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

18.1. Dentre outras atribuições decorrentes desta Ata de Registro de Preços, a ALEMA obriga-se a:

- a) emitir as respectivas Notas de Empenho e Ordens de Fornecimento quando de eventuais e futuras contratações;
- b) acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos produtos por intermédio do Gestor do Contrato;
- c) atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a entrega dos produtos, podendo recusar aquelas que não estejam de acordo com as especificações exigidas neste Termo de Referência e na Proposta de Preços da BENEFICIÁRIA;
- d) notificar a BENEFICIÁRIA, quando Contratada, para substituir os materiais reprovados no recebimento provisório, ou entregues fora do prazo de validade, ou que apresentem vício redibitório que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam;
- e) efetuar os pagamentos à BENEFICIÁRIA, de acordo com a forma e prazo estabelecidos, observando as normas administrativas e financeiras em vigor;
- f) comunicar à BENEFICIÁRIA toda e qualquer ocorrência relacionada com o fornecimento dos produtos;
- g) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da BENEFICIÁRIA;
- h) propor a aplicação das sanções administrativas e demais cominações legais pelo descumprimento das obrigações assumidas pela BENEFICIÁRIA.
- i) Promover, por intermédio do Gestor do Contrato, a fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto contratado.

CLÁUSULA DEZENOVE – DAS PENALIDADES

19.1. O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas, sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 10.520/2002 e na Lei Federal nº 8.666/1993.

19.2. Conforme previsto no Edital, caso alguma licitante, injustificadamente, não comparecer ou recusar-se a retirar a Nota de Empenho ou a assinar a Ordem de Fornecimento, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) impedimento de licitar e contratar com o Estado do Maranhão, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, a teor do disposto no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002;
- b) multa de 2% (dois por cento) do valor global da Proposta de Preços, devidamente atualizada.

19.3. O atraso injustificado na entrega ou substituição dos produtos sujeitará a Contratada à aplicação das seguintes multas de mora, garantida a ampla defesa e o contraditório:

- a) multa moratória diária de 0,02% (dois centésimos por cento), incidente sobre o valor total dos produtos entregues com atraso, até o limite de 10% (dez por cento);
- b) multa moratória diária de 0,02% (dois centésimos por cento), incidente sobre o valor total dos produtos reprovados no recebimento provisório ou que apresentem defeito de fabricação ou impropriedades, até o limite de 10% (dez por cento).



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

19.4. Além da multa aludida no item anterior, a ALEMA poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à BENEFICIÁRIA, quando Contratada, nas hipóteses de inexecução total ou parcial do Contrato:

- a) advertência;
- b) multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;
- c) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

19.5. As sanções previstas nas alíneas 'a', 'c' e 'd' poderão ser aplicadas conjuntamente com a prevista na alínea 'b'.

19.6. Caberá a Comissão de Fiscalização propor a aplicação das penalidades previstas, mediante relatório circunstanciado, apresentando provas que justifiquem a proposição.

19.7. As multas deverão ser recolhidas no prazo de _____ contados da data da notificação, em conta bancária a ser informada pela ALEMA.

19.8. O valor da multa poderá ser descontado dos pagamentos ou cobrado diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente.

19.9. A licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, consoante previsto no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

19.10. Caberá ao Gestor do Contrato propor a aplicação das penalidades previstas, mediante Relatório circunstanciado, apresentando provas que justifiquem a proposição.

CLÁUSULA VINTE – DA GESTÃO DAS CONTRATAÇÕES

20.1. A execução das eventuais e futuras contratações será acompanhada e fiscalizada pelo Gestor do Contrato, nos termos do art. 65 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/1993 e da Resolução Administrativa/ALEMA nº 788/2011.

20.1.1. Competirá ao Gestor do Contrato dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto, de tudo dando ciência à autoridade competente, para as medidas cabíveis.

CLÁUSULA VINTE E UM – DA SUBCONTRATAÇÃO

21.1. O presente Contrato não poderá ser objeto de subcontratação, no todo ou em parte.

CLÁUSULA VINTE E DOIS – DA RESCISÃO

22.1 A inexecução total ou parcial da Ordem de Fornecimento ensejará sua Rescisão, com as consequências contratuais previstas nos art. 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS – DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS

23.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo à ALEMA, por intermédio do Órgão Gerenciador, promover as negociações junto à BENEFICIÁRIA, observadas as disposições contidas no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

23.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a ALEMA deverá:

- a) convocar a BENEFICIÁRIA visando à negociação para redução de preços e sua adequação



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

praticado no mercado;

- b) frustrada a negociação, a BENEFICIÁRIA que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;
- c) convocar os fornecedores integrantes do CADASTRO DE RESERVA, observando a ordem de classificação da licitação, visando a igual oportunidade de negociação;
- d) caso não haja mais opção no CADASTRO DE RESERVA, a ALEMA poderá convocar as licitantes remanescentes para negociação.

23.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a BENEFICIÁRIA não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

- a) convocar os fornecedores integrantes do CADASTRO DE RESERVA para negociarem a majoração dos preços, devendo restar comprovado que o novo preço ainda é mais vantajoso à Administração, frente aos valores praticados no mercado. Caso não haja mais opção no CADASTRO DE RESERVA, a ALEMA poderá convocar as licitantes remanescentes para negociação;
- b) no caso de fracasso na negociação, liberar os fornecedores do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

23.4. Não havendo êxito nas negociações a ALEMA deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços ou de item desta, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA VINTE E QUATRO – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

24.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido nesta Ata, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/1993 ou no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

24.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nas alíneas “a”, “b” e “d” será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador da ALEMA, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

24.3. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas nas alíneas “a” e “b” acarretará, ainda, a aplicação das penalidades cabíveis, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

24.4. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento desta Ata, devidamente comprovado e justificado:

- a) por razão de interesse público; ou
- b) a pedido do fornecedor.

24.5. Em quaisquer das hipóteses acima, concluído o Processo, a **ALEMA** fará o devido apostilamento na **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** e informará aos **BENEFICIÁRIOS** a nova ordem de registro.

CLÁUSULA VINTE E CINCO – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

25.1. Os Recursos financeiros para cobertura da despesa referente à contratação quando ocorrer correrá à conta da Dotação Orçamentária do exercício vigente, abaixo declinadas:

CLÁUSULA VINTE E SEIS – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

26.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por órgãos e entidades da Administração Pública ou entidades privadas que não tenham participado do certame licitatório (“Carona”), mediante prévia consulta à CPL para adesão, desde que devidamente comprovada a vantagem e observadas as normas em vigor.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Instalada em 16 de fevereiro de 1835

Comissão Permanente de Licitação – CPL

26.1.1. Os órgãos e entidades que não participaram do Sistema de Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão formalizar o processo administrativo de adesão junto à CPL que se manifestará quanto à possibilidade de adesão.

26.1.2. Caberá à empresa Beneficiária desta Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que este novo compromisso não prejudique as obrigações presentes e futuras assumidas com a ALEMA.

26.1.3. As aquisições adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens registrados nesta Ata decorrente deste Pregão.

26.1.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado nesta Ata, independente do número de órgãos não participantes que venham a aderir, conforme o art. 21, § 5º, do Decreto Estadual nº 31.553/2016.

26.1.5. Após a autorização da CPL, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 60 (sessenta) dias, observado o prazo de vigência desta Ata.

26.1.6. A CPL não responde pelos atos praticados no âmbito do órgão participante e do carona.

26.1.7. Fica assegurada a preferência das adesões aos órgãos e entidades do Governo do Estado do Maranhão, por força do disposto no art. 21 do Decreto Estadual nº 31.553/2016.

CLÁUSULA VINTE E SETE – DAS COMUNICAÇÕES

27.1. Qualquer comunicação entre as partes a respeito desta Ata ou das eventuais e futuras contratações, só produzirá efeitos legais se processada por escrito, mediante protocolo ou outro meio de registro, que comprove a sua efetivação, não sendo consideradas comunicações verbais.

CLÁUSULA VINTE E OITO – DA PUBLICAÇÃO

28.1. A ALEMA fará publicar o extrato da presente Ata de Registro de Preços na imprensa oficial.

CLÁUSULA VINTE E NOVE – DO FORO

29.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, da Comarca da Capital São Luís, Estado do Maranhão para dirimir toda e qualquer questão que derivar da presente Ata de Registro de Preços e das Ordens de Fornecimento dela decorrentes.

Nada mais havendo a tratar, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços, na presença das testemunhas abaixo declinadas, em 02 (duas) vias de igual teor, obrigando-se por si e sucessores para que surta todos os efeitos de direito, o que dão por bom, firme e valioso.

São Luís, _____ de _____ de 2016.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

NOME DO PRESIDENTE

BENEFICIÁRIO DO REGISTRO

NOME DO BENEFICIÁRIO

TESTEMUNHAS:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
Instalada em 16 de fevereiro de 1835
Comissão Permanente de Licitação – CPL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017-CPL/ALEMA
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2017-ALEMA

ANEXO VII

MINUTA DE ORDEM DE FORNECIMENTO

Processo Administrativo nº
Pregão Presencial nº 002/2017-CPL/ALEMA
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº

CONTRATANTE: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO – ALEMA, inscrita no CNPJ sob o nº., localizada à Avenida Jerônimo de Albuquerque, s/nº, Calhau, São Luís/MA,

CONTRATADA: xxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxx, com sede na xxxxxxxx.

OBJETO: Fornecimento de materiais constantes da Ata de Registro de Preços nº xxxxxxxxxx, conforme descrição e quantitativo abaixo discriminado:

DESCRIÇÃO E QUANTITATIVO DO MATERIAL SOLICITADO

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QUANT. SOLIC.	UNID	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
TOTAL					

VALOR:

NOTA DE EMPENHO: 20__NExxxxx, de __/__/__.

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento pelo fornecimento desta Ordem será efetuado na forma e prazo constante da Cláusula XXXXX da Ata de Registro de Preços.

PRAZO DE VIGÊNCIA DESTA ORDEM: xxxxxx dias.

PRAZO DE FORNECIMENTO: Conforme item xxx da Ata de Registro de Preço XXXXX, o fornecedor obriga-se a entregar o(s) material(s) solicitado no prazo máximo de **XXXX**, contados da data de recebimento desta Ordem de Fornecimento e conforme especificação, marca e preço registrados em Ata.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: Em caso de descumprimento do prazo e condições estipuladas neste ato e no respectivo instrumento convocatório, ficará a empresa contratada sujeita às sanções previstas na Cláusula XX da Ata de Registro de Preços, em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 8.666/1993.

FORO: Para dirimir as questões decorrentes do presente ajuste, fica eleito o foro da Cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São Luís/MA, ____ de _____ de ____.

Gestor da Ata de Registro de Preço

Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do MA

De acordo.

Em ____/____/____

CONTRATADA